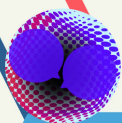


Sônia Caldas Pessoa
Camila Mantovani
Ângela Salgueiro Marques
Phellipy Pereira Jácome

COMUNICAÇÃO e ACESSIBILIDADES

um guia para práticas hospitalares



Por mais que uma pessoa sem deficiência faça o exercício de imaginar situações de acessibilidades em produtos midiáticos, processos de produção e práticas de recepção, interpretação, circulação e compartilhamento das mensagens e conteúdos, dificilmente vai chegar próximo das necessidades de alguém cuja deficiência impõe limites para ver, ouvir, compreender, sentir, se movimentar... Talvez esse seja um desafio imposto aos profissionais de comunicação: traçar caminhos em direção a produtos de mídia acessíveis sem poder ter certeza de que estão efetivamente contemplando as necessidades de alguém. Mas se não tentarmos, como saberemos que as regras de acessibilidade podem fazer uma diferença significativa para milhares de pessoas? E se não acreditamos na relevância, nos privamos de buscar alguns atalhos, com dicas práticas, e o caminho pode ser mais longo. Movidos pela utopia de tocar profissionais, estudantes e professores de comunicação para um olhar cuidadoso para a sua própria produção midiática, nos encorajamos e seguimos os nossos guias. Estes sim, sujeitos inspiradores não pela deficiência, mas pela provocação que nos apresentam. Pessoas com deficiência cujos depoimentos estão neste livro foram, espontaneamente, nos abrindo caminhos, nos acompanharam e nos dirigiram em direção a um aprendizado necessário: ouvir o outro, saber que a sua existência não é igual às de tantos outros, e de algum modo compreender a complexidade da comunicação para diferentes grupos ou pessoas que estão, por conta da deficiência, à margem de um público imaginado.

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO



PROGRAD
PRÓ-REITORIA
DE GRADUAÇÃO



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



editora *fi.org*



**COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADES
UM GUIA PARA PRÁTICAS HOSPITALEIRAS**



Comunicação, Discursos & Experiências

Diretores

Profa. Dra. Sônia Caldas Pessoa

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais

Comitê Editorial

Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Camila Alves Mantovani

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Dominique Ducard

Université Paris-Est Créteil Val de Marne, França

Profa. Dra. Graciela Martínez Matías

Universidad Nacional Autónoma del México, México

Profa. Dra. Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Daniel Martín Pena

Universidad de Extremadura, Espanha

COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADES

UM GUIA PARA PRÁTICAS HOSPITALEIRAS

Organizadores

Sônia Caldas Pessoa

Camila Mantovani

Ângela Salgueiro Marques

Phellipy Pereira Jácome



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Carole Kümmecke (www.carolekummecke.com.br)

Ilustrações: Stephanie Boaventura



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhável 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C741 Comunicação e acessibilidades: um guia para práticas hospitalares [recurso eletrônico] / Sônia Caldas Pessoa, Camila Mantovani, Ângela Salgueiro Marques e Phellipy Pereira Jácome... [et al.] – Porto Alegre : Fi, 2023.
134p.

ISBN 978-65-5917-706-6

DOI 10.22350/9786559177066

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Acessibilidade – Comunicação – Pessoa com deficiência. I. Pessoa, Sônia Caldas. II. Mantovani, Camila. III. Marques, Ângela Salgueiro. IV. Jácome, Phellipy Pereira. V. Título.

CDU 364-056

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

***Equipe de bolsistas PIPA/NAI, FAPEMIG, CAPES, CNPQ e PDEG
e professora colaboradora do projeto:***

Clara da Silva Ribeiro

Diego Silva Souza

Gabriel Nunes da Silva

Jude Civil

Juliana Aquino

Letícia de Oliveira Pereira

Luana Lira

Luiza Waters F. Milhorato

Marcelle Veríssimo

Marcos Maia

Raquel Gomes

Sophia Mendonça

Stephanie Boaventura

Vanessa Cardozo Brandão

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
FOCO NOS AFETOS DA ACESSIBILIDADE E NÃO NAS DEFICIÊNCIAS <i>Marco Bonito</i>	
1	21
UM GUIA? BEM-VINDOS A BORDO! <i>Sônia Caldas Pessoa</i>	
2	29
EU EXISTO E ME MOVO: EXPERIÊNCIAS E MOBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
3	52
ENTRE DEFICIÊNCIAS E ESTATÍSTICAS	
4	58
LINGUAGEM HOSPITALEIRA	
5	60
ACESSIBILIDADES?	
5.1 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA.....	71
5.2 ACESSIBILIDADES AFETIVA E AMOROSA	74
5.3 COMO CRIAR PRODUTOS COMUNICACIONAIS ACESSÍVEIS? DESIGN CENTRADO NO USUÁRIO.....	75
5.3.1 PRODUTOS DIGITAIS ACESSÍVEIS.....	80
5.3.2 ÁUDIOS.....	83
5.3.3 IMAGENS.....	84
5.3.4 ARQUIVOS DIGITAIS (PDF, WORD, POWERPOINT)	88
5.3.5 AUDIOVISUAL.....	94
5.3.6 MÍDIA IMPRESSA.....	105
5.3.7 EVENTOS	106
5.3.8 SINALIZAÇÃO	108

6	113
OUVIDORIA	
7	117
GLOSSÁRIO	
8	121
REFERÊNCIAS	
9	125
ORGANIZADORES	

PREFÁCIO

FOCO NOS AFETOS DA ACESSIBILIDADE E NÃO NAS DEFICIÊNCIAS

Marco Bonito¹

Quando a professora Sônia Pessoa me convidou para escrever o prefácio deste livro, eu recebi a honra com muito entusiasmo. A responsabilidade de abrir os textos que compõem os capítulos desta obra me animaram e também foi uma oportunidade de realizar uma reflexão sobre os sentimentos desse período “estranho” da minha vida pessoal e acadêmica. Isto porque, entre 2022 e 2023, eu estava em curso de pós-doutoramento, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), num raro momento profissional em que nós, cientistas e pesquisadores, temos tempo para nos dedicar àquelas leituras nunca consagradas anteriormente, aos projetos idealizados com a calma necessária para qualificar a produção e à contemplação sabática do universo, como se fôssemos a reencarnação do próprio *Flâneur*.

¹ O Professor Marco Bonito, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, é doutor e mestre em Ciências da Comunicação, com pós-doutorado na mesma área de conhecimento. Sua especialidade versa sobre os processos comunicacionais, as culturas midiáticas e a cidadania das pessoas com deficiência sensorial, tema de interesse de suas pesquisas desde 2011. Para informações sobre seu currículo acadêmico visite a plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9988056850072089>. Para ter acesso às suas principais publicações científicas visite seu repositório: <https://marcobonito.academia.edu/>. Para entrar em contato por e-mail escreva para: marcobonito@gmail.com ou procure por @marcobonito nas principais redes sociais.

Mas a fase estranha em que me encontro não se trata exatamente do que ocorre neste âmbito, ainda que isso faça parte do contexto, mas se refere diretamente ao meu recém diagnóstico sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Esta jornada foi desencadeada pelos traumas das experiências desde o início da pandemia de COVID-19. Quando eu resolvi procurar ajuda médica e tratamento para a depressão, síndrome do pânico, crises agudas de ansiedade, bruxismo e insônia acabei por descobrir que o incomum que habitava em mim tinha nome, prenome e sobrenome: Transtorno de Ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Estes transtornos compõem o rol de deficiências da mente. Aos 49 anos e há 11 pesquisando as relações comunicacionais das pessoas com deficiência eu passei a compreender mais apropriadamente o lema: “Nada sobre nós, sem nós!”

Por alguma sorte, acaso ou trama do roteiro do destino, vim realizar meus estudos e pesquisa do pós-doutorado na USP e descobri, vasculhando informações sobre TDAH, que o Instituto de Psiquiatria (IPq), do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) estava procurando voluntários adultos com TDAH para a realização de uma pesquisa internacional, que visa obter dados de países em desenvolvimento sobre este grupo, que nunca foram coletados e analisados. Resolvi me voluntariar e desde então, minha sensação é a de que formataram a minha vida ao grau zero. Todas as imagens que eu tinha colecionado sobre mim mesmo em quase meio século de vida se desmancharam no ar e caíram na minha frente como um imenso quebra-cabeças. Estou, muito aos poucos e com uma

paciência que nunca tive comigo mesmo, remontando cada uma dessas imagens simbólicas, significantes e cheias de significado sobre quem eu sou a partir da consciência sobre minha deficiência, nunca antes percebida.

Mas afinal, o que essa experiência pessoal tem a ver com os escritos neste livro? Pois bem, explico: tudo! Estou numa fase de descobertas identitárias a respeito da tribo de pessoas com deficiência com TDAH e ao mesmo tempo sou um cientista e pesquisador com várias pesquisas e produções técnicas sobre pessoas com deficiência sensorial (visual, auditiva e mental/cognitiva). Ao ter um embate com os escritos neste livro (sim, é um embate! A leitura atenta é uma verdadeira luta, entre os “pensamentos intrusos” e o foco, que ocorre na mente de quem tem TDAH), tive a oportunidade de transmutar entre a persona de cientista e de cidadão, como raras vezes fui capaz de fazer. Este livro me fez refletir sobre várias dimensões dos problemas aqui apresentados e decidi compartilhar com vocês leitores(as) tudo aquilo que meu hiperfoco, que é ativado para tarefas prazerosas como esta, conseguiu registrar na minha mente com TDAH e também nos rascunhos de anotação que fiz ao longo da leitura. Espero que seja útil a todos(as) e vos inspire a fazer o seguinte exercício: **Focar nos afetos da acessibilidade e não nas deficiências!**

Este livro me tocou em pontos empáticos e simpáticos com muito **afeto**. Pois bem, esta linda palavra da língua portuguesa, uma das mais simples, é muito impactante em seu significado. Como sabemos, os significados das palavras nós carregamos nos bolsos, para serem usados como canivetes suíços. Quem estiver disposto(a) a se aventurar pelo

texto, precisa perceber o **AFETO** que permeia e habita suas entrelinhas. O categórico nome deste Grupo de Pesquisa honra a vibração de pensamentos ocorridos em seu batismo. Há consigo um poder metalinguístico oculto e meta sensível, reparem! Ao seu tempo, o Grupo AFETOS vem se consolidando como um ente acadêmico muito impactante na universidade (que palavra linda, não é?) de seus atos, em relação à divina promoção de conhecimentos e sabedorias sobre a Acessibilidade Comunicativa para as pessoas com deficiência (PcD).

A proposta de compilação textuais, advindas das experiências entre professores(as), orientadores(as), técnicos(as) administrativos educacionais e estudantes de graduação e pós-graduação, que compõem este livro, é inspiradora. Isto é um retrato nítido, de uma fração do que uma universidade pública, gratuita e de qualidade, como é o caso da UFMG, pode, deve e realiza em prol da sociedade, que nela investe seus impostos. Articulações como esta, onde um grupo se demonstra organizado e capaz de produzir um rico material de consulta, reflexão crítica e técnica sobre os problemas sócio comunicacionais das pessoas com deficiência, precisa ser reconhecido como algo mais valioso.

Dentre as melhores impressões que tive durante a leitura, o primeiro destaque, eu faço questão que seja para um procedimento metodológico simples de ser implantado nas pesquisas acadêmicas. Porém, pouco considerado. Trata-se da perspectiva da Ciência Cidadã, na qual o grupo social estudado não é tratado apenas como mero gerador de dados quali-quantitativos, mas sim, são convidados a ser partícipes da investigação que lhes diz respeito. Há muito disso nos relatos apresentados durante os capítulos que seguem, sugiro prestar

atenção em como isso transforma a pesquisa. Deve-se atentar para o brilho diferente que este procedimento transmetodológico dá aos contornos analíticos e nas considerações finais das experiências relatadas.

Há algo muito importante no capítulo em que apresenta os dados sociais relativos às pessoas com deficiência no Brasil, estes ainda estão baseados no censo realizado em 2010. Creio ser extremamente necessário ressaltar e deixar registrado aqui os problemas associados a esta questão. O CENSO 2020 não ocorreu como programado por causa da pandemia de COVID-19, passou a ser realizada a coleta de dados no final de 2021, contudo, até o final de 2022 ainda não havia perspectiva de finalização dos trabalhos por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo assim, com os dados provenientes da coleta realizada por um recenseamento realizado há mais de uma década, é fundamental entendermos a gravidade do que há de ocorrer, num futuro próximo, quando estes novos dados, do atual censo, forem coletados e analisados.

Teremos uma mudança metodológica que irá diminuir drasticamente o número de pessoas com deficiência no Brasil. A metodologia proposta pelo Grupo de Washington², ainda que tenha a boa intenção de padronizar a coleta e análise dos dados mundiais, contribui diretamente para o agravamento de um sério problema: gerar

² O Grupo de Washington foi criado em 2001, durante um seminário sobre pesquisas e formas de medir o número de pessoas com deficiência no mundo. Os participantes concordaram que os dados existentes eram escassos e de baixa qualidade, principalmente por falta de padronização metodológica. O grupo vem trabalhando desde então para criar melhores indicadores com um padrão internacional que possa ser referência para o uso em censos demográficos. Outras informações e detalhes podem ser obtidas no site: <https://www.washingtongroup-disability.com/about/about-the-wg/>

invisibilidade de uma enorme parcela significativa da população que, na época da coleta de dados, ainda possui um grau baixo de determinada deficiência, mas tem potencial de desenvolver um grau moderado ou grave dentro dos próximos dez anos.

Faz-se necessário considerar que, em países em desenvolvimento, com o histórico de turbulências econômicas e sociopolíticas que temos, o fato de realizarmos um censo e termos dados sobre a população é um ato revolucionário e inegociável. Neste sentido, agregar o máximo de informações possíveis é imprescindível para que a população se auto-conheça e cobre de seus governantes melhores condições de subsistência. Por isso, preocupa-me o fato de que não teremos mais os dados coletados sobre as pessoas com “algum grau” de deficiência. Que são aquelas que estão em fase inicial de um, realmente provável, problema futuro na visão e/ou na audição e/ou na mente e/ou na cognição e/ou na motricidade.

Em 2010, o censo apontou para o dado alarmante de que $\frac{1}{4}$ da população brasileira tinha algum tipo de deficiência, sendo a maioria destas, cerca de 75% do geral, consideradas com grau baixo ou inicial. Esta informação, para nós pesquisadores(as) é essencial, pois nos dá parâmetros para considerar e projetar que muitas destas pessoas, no decorrer dos próximos 10 anos, vão desenvolver um grau maior de deficiência, seja por questões genéticas, envelhecimento natural das funções do corpo ou por acidentes gerais. Dessa maneira, o Governo, em todas as suas esferas, tem por obrigação fazer um planejamento prévio e consciente para dar plena assistência social à população. Sobretudo pelo agravante de que nas próximas décadas seremos um país cuja

tendência é a de se tornar uma população majoritariamente mais idosa. Precisaremos estar vigilantes e atentos(as) à qualquer pretensão de uso deste alibi, por parte do Governo, sobre a redução do número de pessoas com deficiência, para justificar cortes nos investimentos e no destino de menos recursos aos programas sociais e projetos relativos ao grupo social das pessoas com deficiência.

O conceito de Linguagem Hospitaleira, apresentado e desenvolvido pela Profa. Sônia Pessoa, anda em comunhão com os princípios da Acessibilidade Comunicativa. Ele transmuta o processo comunicacional ao promover doses necessárias de empatia que, costumeiramente, são sonegadas pelos(as) profissionais da comunicação. Esta é uma dimensão do processo comunicacional que necessita ser alcançada, ainda que por meio de um longo e tortuoso caminho. É sabido e precisa ser considerado, que as mudanças culturais não ocorrem por decretos, os valores morais e éticos não se transformam de uma hora para a outra. Os usos, apropriações, modos e costumes culturais são o resultado de um conjunto de ações articuladas e concebidas em tempos recém anteriores, antigos, por vezes cíclicos. Aprendi pelo caminho que o tempo da pesquisa, do cientista, da academia, das descobertas e publicações, não é o mesmo tempo da sociedade. Não precisamos sofrer com isso, não temos como mudar esta situação. É preciso ter paciência para que as ações tomem forma, significado e sentido.

Entretanto, reparem na palavra conceitual: “hospitalidade” que aparecerá ao longo dos capítulos. Ela tem uma precisão significativa interessante, trata-se de algo tão necessário nos procedimentos técnico-comunicacionais que não sei como cheguei até aqui, antes de ler

o texto, sem ter percebido isso. Ouso afirmar que residem na falta de **Linguagem Hospitalar** alguns dos problemas mais crônicos da Comunicação Social. Ao devorar este conceito adiante no livro, reflita sobre o quão necessário é chamarmos a atenção de nossos pares para esta questão. Há de se considerar que um simples gesto textual, com uma linguagem acolhedora, com palavras bem escolhidas, pode causar um impacto muito grande e imensurável. A ideia aqui proposta pelas autoras(es) é simplesmente transformadora. Precisamos confiar no processo, no trabalho que realizamos e ter como horizonte utópico a consagração das nossas pequenas contribuições ao campo das ciências sociais. Estas são no agora e serão no futuro, peças fundamentais de um quebra-cabeças que servirá a outros(as) tantos(as) empenhados(as) em resolver problemas assemelhados. Assim como nós bebemos de fontes antigas, outros saciarão sua sede de conhecimento em nossas fontes jovens, de acordo com a sede de sua época.

De outro modo, do estranhíssimo espírito de nosso tempo, é possível sentir no âmago, as insanas ganas de destruição dos nossos Direitos Humanos e, por consequência, dos Direitos das Pessoas com deficiência. Direitos conquistados ao longo da história com muito sacrifício, luta, sangue derramado, sofrimento e uma eternidade de tempo. Hoje, a todo instante, são vilipendiados por carrascos de quem é mais vulnerável, como é o caso deste grupo social. Não esqueçamos que, no Brasil, os Direitos das Pessoas com Deficiência só se tornaram uma Lei específica apenas em 2015. Ressalte-se, em tempo: uma lei deficiente, por ser mal fiscalizada e cumprida, por quase todos os setores da sociedade, assim como, vergonhosamente prevaricada pelos

poderes públicos da União. Isso ocorre, principalmente, por falta de representatividade de pessoas com deficiência nas diversas instâncias políticas e órgãos reguladores, bem como, por interferir nos interesses econômicos do “Deus Mercado” e, por fim, pela ignorância coletiva da população a respeito de seus próprios Direitos.

É preciso traçar mais caminhos como estes apontados neste livro, cujo norte aponta para o entendimento claro e legítimo da Acessibilidade como um conceito que é agente determinante e causador de impacto na inclusão social das pessoas com deficiência. Por bem, é mister, do mesmo modo, que o tom de **Acessibilidade Afetiva** aqui proposto, seja incorporado aos processos comunicacionais, como sendo a parte transformadora e dinâmica que gera inferências aos cuidados extraordinários (fora da ordem estabelecida) necessários, para a eliminação das barreiras informativas e comunicacionais. Neste ponto, repito aquilo que venho defendendo como tese em meus mais recentes trabalhos, aulas e palestras: a deficiência está nas mídias, no processo comunicacional e suas mediações e não nas pessoas. Somos, naturalmente, como seres humanos, diversos e heterogêneos em muitos aspectos, somos atípicos. Ou seja, uma característica estereotipada de nosso corpo, não pode nos sintetizar como uma deficiência em si. Pelo contrário, neste sentido humano, não se trata de uma deficiência, mas de uma diversidade funcional, de uma característica individual, por vezes única e rara, com potencialidades e que coletivamente tem seu próprio valor. Definitivamente, precisamos declarar a deficiência que existe e perdura no contexto social e político, na legislação, nas mídias,

nos projetos, nos aparatos, nas lógicas de produção, nas mediações e nos produtos, para o bem, em virtude da cidadania das pessoas.

Para tanto, este livro guia se propõe a ser como alguém que afetuosamente nos leva pela mão aos caminhos desconhecidos, de maneira segura e gentil, para mostrar alternativas inclusivas de produzir comunicação social de maneira integrada, bem como, com responsabilidade social, afetiva e emocional. Foi assim que eu me senti ao me permitir mergulhar nas páginas que vem seguir, espero que a sua experiência de leitura seja tão transformadora quanto foi a minha. Sou uma pessoa grata, melhor e mais consciente, com os aprendizados adquiridos nesta obra, desejo que os conhecimentos que você colher por este caminho sejam transformados em prósperas sabedorias, que elas floresçam e frutifiquem em muitas dimensões, para diversas tribos e suas pessoas.

Nada sobre nós, sem nós!

Sintam meus afetuosos abraços científicos!

1

UM GUIA? BEM-VINDOS A BORDO!

Sônia Caldas Pessoa

Guiar é um daqueles verbos de ação que nos interpela em efeitos de sentidos diversos. Três dos sentidos, pelo menos, estão na centralidade desse livro, que foi constituído em trilhas desconhecidas, por sujeitos que nos inspiram e que são inspirados pela deficiência e a partir de uma necessidade que se faz urgente: discutir acessibilidades possíveis e materializá-las a partir da perspectiva de pessoas com deficiência.

Esse não foi um projeto pré-concebido e organizado a partir de um planejamento estratégico das professoras. Ele surgiu como ideia em discussões suscitadas pela presença de pessoas com deficiência em reuniões do nosso Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, a partir de 2017, vislumbrou possibilidades de vingar, provocou a união da equipe, estimulou a participação de pessoas com deficiência e se concretizou em um universo no qual ainda somos crianças a tatear espaços escorregadios.

O caminho é longo e contou com o apoio de recursos para bolsistas de agências de fomento. O primeiro financiamento se deu a partir do Edital PIPA, do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais, no qual o projeto "Eu existo e me movo: experiências e mobilidades de pessoas com deficiência" foi contemplado e premiado, conforme explicaremos adiante.

A partir de 2021, a presente proposta passou a integrar a Chamada Interna Prograd Nº 2/2021 - Programa para o Desenvolvimento do Ensino de Graduação (PDEG). Ela se insere no conjunto de experiências de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pelos atores parceiros da proposta em sala de aula, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, em orientação de pós-graduação ou em atendimentos de estudantes com deficiência. O projeto então passou a contar com a participação do Colegiado do Curso de Graduação em Jornalismo, em parceria com o Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Inclusão, Núcleo de Acolhimento e Diálogo (NAD/FAFICH), Diretora de Governança Informacional (Ouvidora da UFMG), Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, Rádio Terceiro Andar e Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas.

Em 2022, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) liberou recursos para o mesmo projeto, que havia sido aprovado em 2018, mas por contenção de investimentos em pesquisa, havia sido incluído na fila de espera para ser atendido.

O projeto ancora-se na perspectiva do modelo biopsicossocial da deficiência, isto é, em uma abordagem na qual acreditamos ser necessário distribuir socialmente a responsabilidade para com as pessoas com deficiência e sua inclusão, em especial, no ensino superior. Partimos da noção de deficiência proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que a entende como “complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada” (2012, p.4) . Assim localizamos a deficiência no quadro do modelo social, o que significa dizer que reconhecemos o deslocamento, mas não a ruptura, do modelo médico

individualizado para o modelo estrutural e social. De acordo com essa percepção, a pessoa com deficiência seria percebida pela sociedade em função de suas limitações, uma perspectiva capacitista (CAMPBELL, 2009), mas não em função de suas habilidades (PESSOA, 2018) e funcionalidades (DINIZ, 2007; 2012).

A partilha da vida cotidiana de pessoas com deficiência nos apresentou, dia após dia, o que podemos descrever como uma corrida de obstáculos. Vamos saltar as acessibilidades arquitetônicas¹, que não estão no escopo deste trabalho, e seguimos logo em direção a outras acessibilidades possíveis em campos como o da Comunicação².

Por mais que uma pessoa sem deficiência faça o exercício de imaginar situações de acessibilidades em produtos midiáticos, processos de produção e práticas de recepção, interpretação, circulação e compartilhamento das mensagens e conteúdos, dificilmente vai chegar próximo das necessidades de alguém cuja deficiência impõe limites para ver, ouvir, compreender, sentir, se movimentar... Talvez esse seja um desafio imposto aos profissionais de comunicação: traçar caminhos em direção a produtos de mídia acessíveis sem poder ter

¹ O conceito de acessibilidade e a dimensão arquitetônica serão abordados no item 5

² A comunicação é um campo científico interdisciplinar que vem buscando se estabilizar, criar referências e bases para a constituição de um domínio científico próprio. Tratar a comunicação como campo de conhecimento não equivale a definir um "território" à parte, nem temas, objetos ou métodos exclusivos, mas sim desenvolver perguntas e hipóteses para além das que já são feitas pelas demais Ciências Humanas e sociais – que não as farão, mas que podem, por outro lado, ser acionadas em regime de aproximação interdisciplinar, a serviço do conhecimento. Para o professor José Luiz Braga, o campo da Comunicação estuda as interações sociais buscando evidenciar as relações entre os fenômenos e seus contextos, de modo a descrever as situações observadas, as perspectivas, gestos e ações dos participantes, os sentidos propostos, compostos ou mutuamente tensionados e os resultados que dão forma aos episódios interacionais estudados. Ver mais em: BRAGA, J.L. O conhecimento comunicacional – entre a essência e o episódio. In: FRANÇA, V.R.V.; SIMÕES, P.G. (Orgs.) *O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

certeza de que estão efetivamente contemplando as necessidades de alguém.

Mas se não tentarmos, como saberemos que as regras de acessibilidade podem fazer uma diferença significativa para milhares de pessoas? E se não acreditamos na relevância, nos privamos de buscar alguns atalhos, com dicas práticas, e o caminho pode ser mais longo.

Movidos pela utopia de tocar profissionais, estudantes e professores de comunicação para um olhar cuidadoso para a sua própria produção midiática, nos encorajamos e seguimos os nossos guias. Estes sim, sujeitos inspiradores não pela deficiência, mas pela provocação que nos apresentam. Pessoas com deficiência cujos depoimentos estão neste livro foram, espontaneamente, nos abrindo caminhos, nos acompanharam e nos dirigiram em direção a um aprendizado necessário: ouvir o outro, saber que a sua existência não é igual às de tantos outros, e de algum modo compreender a complexidade da comunicação para diferentes grupos ou pessoas que estão, por conta da deficiência, à margem de um público imaginado.

Aceitamos, então, ser ciceroneados por pessoas com deficiência que nos procuraram para participar do Afetos ou que foram procuradas por nós para compartilhar suas experiências, como a nos emprestar algo que nos escapa para sermos capazes de avançar em acessibilidades possíveis.

O guia, então, em dois sentidos primeiros, como pessoas que nos inspiram e como aquele que nos mostra caminho, nos conduz para uma terceira possibilidade: uma publicação contendo orientações que foram pesquisadas e elaboradas por estudantes de graduação e de pós-

graduação dos cursos da área de Comunicação Social da UFMG vinculados ao Afetos e por nós, docentes. Trabalhamos arduamente para compilar as orientações, estabelecer os limites do trabalho, e sistematizar dicas úteis sobre acessibilidades. Em conjunto com as pessoas com deficiência, que são as estrelas-guia deste livro, convidamos quem nos lê a vislumbrar possibilidades de um fazer midiático cotidiano diferente.

Mas esse guia resolve os problemas de acessibilidades comunicativas? A resposta imediata é não. Ele abre, porém, um campo de discussão a partir das sugestões aqui apresentadas. Não pretendemos que as dicas organizadas sejam uma fórmula pronta a ser aplicada. Elas constituem pistas, que podem contribuir para melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência. Por isso, a contribuição dos colaboradores com deficiência, por meio de seus relatos, depoimentos e reflexões, enriquece profundamente o vasto conjunto de atividades articuladas em torno do projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência”, sendo uma delas a elaboração deste guia para discutir e promover conscientização a respeito de acessibilidades possíveis na perspectiva comunicacional.

Ao colocar a experiência da pessoa que vivencia a condição de vulnerabilidade no centro de nossos esforços, buscamos valorizar suas perspectivas e suas vozes como sujeitos. Esses relatos e experiências, que constituem o fio condutor para a montagem do corpo deste livro, dão concretude para as reflexões e somam à obra, que traz um guia de boas práticas de acessibilidades em produtos comunicacionais.

Este guia nasce, assim, de movimentos duplos de afetação: a partir do privilégio de sermos afetados pela partilha de experiências de pessoas com deficiência nos encontros do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, e a partir das ideias que nos moveram na direção de gestar a responsabilidade de afetar o ambiente universitário em que estamos inseridos. Não temos a pretensão de esgotar o tema e os tópicos aqui apresentados, mas propor práticas mais hospitalares para o convívio e o acolhimento de pessoas com deficiência no campo da comunicação. Admitimos nossos limites e reconhecemos que este próprio guia poderia ser ainda mais acessível. Estamos publicando, então, como um passo inicial do longo trajeto pelo qual nos propusemos incursionar.

Entendemos que refletir sobre acessibilidades nos impõe inúmeros desafios e outros tantos limites. Os desafios estão no campo das possibilidades, que muitas vezes nos parecem (im) possibilidades de se conseguir contemplar todas as necessidades de pessoas com deficiência. Há práticas corriqueiras para pessoas com deficiências mais conhecidas, tais como deficiência visual, surdez, mobilidade reduzida, entre outras. Mas cada um dos sujeitos revela, em suas singularidades, desafios para os profissionais da Comunicação. De que modo é possível promover acessibilidade em produtos midiáticos? Como produzir alcançando tantas necessidades diferenciadas? Algumas respostas já estão mapeadas e podem ser encontradas dispersas na internet e em alguns manuais que discutem o assunto. Outras estão nos próximos capítulos. Em outras, ainda será preciso avançar, em uma construção constante da acessibilidade comunicativa.

Neste livro, reunimos elementos que podem contribuir tanto para o que chamamos de bastidores, ou seja, configurações de um site ou organização de eventos quanto o que está em cena como produções audiovisuais. Acrescentamos às dicas úteis os relatos de pessoas com deficiência que colaboraram com o projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” com o intuito de reconhecer nestes sujeitos mais do que a participação como entrevistados, mas a condição de pesquisadores empíricos.

Desse modo, tomando a deficiência como condição natural da própria existência, estes sujeitos acumulam experiências comunicacionais diversas, que estão além das fronteiras que poderíamos alcançar.

Optamos por capítulos curtos para facilitar a leitura e dinamizar consultas futuras. Nos primeiros três capítulos, que têm caráter introdutório, abordaremos alguns pontos importantes a respeito das muitas questões que envolvem o tema da deficiência, como leis, direitos, conquistas e acessibilidades. O capítulo quatro, dividido em quatro subtópicos, levanta algumas dicas de boas práticas em acessibilidade digital, para tornar mais agradáveis a experiência de navegação na web e o uso de materiais digitais comuns. O quinto capítulo traz sugestões para tornar peças de mídia impressa mais acessíveis, enquanto o capítulo seis discute as diretrizes, de natureza normativa, que guiam a acessibilidade no meio audiovisual. O capítulo sete aborda a acessibilidade em eventos e o oitavo fala da importância de observar algumas normas para produção de sinalização adequada, eficiente e acessível a todas as pessoas. Por fim, o nono capítulo traz um glossário

com alguns termos importantes que atravessam o texto, ao passo que ao final estão as referências utilizadas para embasar este guia.

Que este guia trilhe novos percursos e traga outras perspectivas em nosso produzir cotidiano! Boa leitura, com afetos, acolhimento e hospitalidade!

2

EU EXISTO E ME MOVO: EXPERIÊNCIAS E MOBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” nasceu a partir de uma articulação entre a experiência teórica da professora Camila Mantovani, no congresso internacional *Mobile Utopia*¹, realizado na Universidade de Lancaster, Inglaterra, e a proposta de valorização da experiência dos sujeitos, articulada pela professora Sônia Caldas Pessoa, na disciplina laboratorial de Rádio e Mídias Digitais, dos cursos de Comunicação Social, Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda da UFMG. Ao conversarem sobre as vivências que aconteciam, simultaneamente, no segundo semestre de 2017, as docentes perceberam a potencialidade da ideia de mobilidade atrelada às discussões sobre acessibilidade e experiência dos sujeitos nos espaços pelos quais transitam, trabalham, estudam, se relacionam, consomem, se divertem, vivem.

No congresso, falou-se muito sobre como a contraposição entre mobilidade e imobilidade pode ser profícua para se pensar as relações na contemporaneidade. Para nós, as variadas restrições impostas às pessoas com deficiências que, em muitos casos, significam limitações ao movimento, tornaram-se elementos-chave para se pensar as questões

¹ <http://wp.lancs.ac.uk/t2mc2c/>

da acessibilidade. No âmbito da disciplina, havia o interesse na produção de séries sobre pessoas em situação de vulnerabilidade, mas cuidando para que essa construção se desse a partir do olhar desses sujeitos. Trabalhos anteriores já haviam sido realizados, como uma série sobre pessoas em sofrimento mental e pessoas LGBT². Sendo assim, parecia-nos que aquele era o momento de voltar nosso olhar para as pessoas com deficiência, que já constituíam temática relevante nas pesquisas do Afetos: Grupo de Pesquisa Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, coordenado pelas duas professoras, abrindo espaço para a criação de produtos midiáticos que fossem guiados pelas experiências e demandas dessas pessoas.

Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação Acessibilidade e Vulnerabilidades

O grupo Afetos, criado em 2017, nasceu de interesses de pesquisa em comum, associados à filosofia e postura de engajamento na pesquisa, de que a ciência pode afetar positivamente a sociedade, na medida em que desperta a atenção das pessoas e das instituições para temáticas que envolvem grupos sociais vulneráveis, organizações e tecnologias.

Esses interesses de pesquisa relacionam-se ao compartilhamento de teorias, metodologias e experiências comunicacionais e de acessibilidade vividas em situações de vulnerabilidades. Como pesquisadoras somos afetadas socialmente e afetamos os demais pela complexidade dos processos e fenômenos comunicacionais relacionados a indivíduos e grupos vulneráveis. Nesse sentido, o duplo movimento de afetar e ser afetado pelas múltiplas realidades nos conduz a entrelaçamentos teóricos que perpassam os estudos sobre vulnerabilidades, a partir tanto da teoria crítica dos estudos comunicacionais quanto da análise do discurso e dos estudos sobre usabilidade, tecnologias e design centrado no usuário.

² <https://www.fafich.ufmg.br/terceiroandar>

Do Afetos participam professores, estudantes de graduação e de pós-graduação, técnicos administrativos da UFMG, e pesquisadores não vinculados à universidade e que se interessam pelo tema. Também compõem o Afetos pesquisadores em situação de deficiência, entre eles, pessoas com deficiência ou que tenham a deficiência em suas experiências familiares.

Interessa-nos o desenvolvimento de uma reflexão teórico-conceitual capaz de abarcar os múltiplos aspectos comunicacionais que interpelam os sujeitos na constituição de suas subjetividades, na condição de sujeitos políticos autônomos e nas suas relações com as tecnologias, percebidas como formas socialmente construídas e passíveis de atuar na criação de condições de equidade no mundo.

FIG 1 - Fotografia de uma das reuniões do grupo Afetos, que mostra pesquisadores e colaboradores com e sem deficiência, em recepção ao professor francês Jean-Luc Moriceau (Institut Mines-Télécom Business School, Évry, França)



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Bolsistas, pesquisadores e colaboradores em reunião do grupo Afetos, em uma sala da Fafich, sorriem para uma foto. Quase todos estão de pé e há dois sentados na fila da frente. Todos estão

atrás de uma mesa longa, de cor clara, que atravessa todo o quadro da imagem. Fim da descrição.

A partir de uma perspectiva que se pretende humanizada, centrada na vivência e protagonismo de pessoas com deficiência, os alunos da disciplina Rádio e Mídias Digitais foram desafiados a produzir uma série audiovisual que, ao voltar o olhar para o sujeito e suas vulnerabilidades, discute as condições de acessibilidade e mobilidade no espaço urbano, especialmente nas dependências da universidade.

Após discussão de pauta e pesquisa de fontes, os estudantes de graduação conduziram entrevistas presenciais - com exceção de um episódio, em que a entrevista foi feita via telefone porque as entrevistadas não eram moradoras de Belo Horizonte - com estudantes, técnicos administrativos e professores da UFMG com deficiências de diferentes tipos. Foi feita ainda a gravação em vídeo, que envolveu o acompanhamento do deslocamento de pessoas com deficiência em seus caminhos corriqueiros dentro da universidade. A série, constituída por episódios audiovisuais que valorizam os relatos e a perspectiva dos entrevistados, foi veiculada na Web Rádio Terceiro Andar, na Rádio UFMG Educativa e nas redes sociais, e se tornou a primeira etapa de um projeto que, em 2018, ganhou objetivos ainda mais largos tanto pelo interesse que nos foi despertado quanto pela aprovação em um edital de financiamento por meio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), aproximadamente 10% da população mundial vive com alguma deficiência. No último censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2010,

45,6 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, o que representa quase 24% da população brasileira. Esses números, no entanto, foram revistos recentemente indicando que as estatísticas são menores, como vamos explicar adiante. Independentemente de uma nova interpretação dos dados, não pode ser menosprezada, portanto, a importância social da deficiência e de iniciativas que ampliem o debate a respeito da inclusão, e das interfaces entre acessibilidade, mobilidade e deficiência. Ainda que essas discussões estejam no início, estudos com esse foco têm o potencial de contribuir tanto para a pesquisa em mobilidade, como para o desenvolvimento da compreensão da deficiência (GOGGIN, 2016).

Diante desse quadro e do resultado alcançado com a série de produções audiovisuais, a experiência foi ampliada e transformada em um projeto de ensino, pesquisa e extensão vinculado ao Afetos. Interessa-nos pesquisar a acessibilidade da pessoa com deficiência a partir das contribuições teóricas e metodológicas do paradigma da mobilidade (URRY, 2007), do conceito de vulnerabilidades em Butler (2011, 2016), por meio das narrativas de si (RAGO, 2013) e de pesquisas científicas ancoradas na teoria dos afetos (MORICEAU, 2014). Essas ideias nos lembram que, enquanto a vulnerabilidade é uma condição existencial humana, alguns são mais vulneráveis que outros de acordo com o lugar social que ocupam. E que essas pessoas são sujeitos de conhecimento, capazes de construir e narrar saberes ancorados na experiência frequentemente negligenciados por uma noção engessada de razão. Nesse sentido, as teorias dos afetos (MORICEAU, 2014, MANTOVANI e PESSOA, 2019, PESSOA e MENDONÇA, 2021), mais que

nos permitem, nos exigem trabalhar no registro de um outro paradigma de ciência, que não aparta a racionalidade das emoções e advoga por um conhecimento contaminado, que acolhe movimentos de afetação que são condição inescapável de toda pesquisa.

Pensar a mobilidade é, de saída, reconhecer assimetrias (SHELLER, 2018). Identificar a relação de diversas formas de vulnerabilidades com o movimento pode nos ajudar a compreender como preconceitos de raça, classe social, gênero e corpo estão presentes nas formas de ocupação das cidades, nos meios de transporte, no direito de ir e vir, nas formas de participação política e econômica.

Nossa proposta aqui é a de refletir sobre como as questões trazidas pela mobilidade, em especial a que se dá nos espaços físicos e que permitem determinadas sincronicidades, tornam possíveis alguns encontros e, em certos momentos, impedem outros.

O projeto, baseado na convicção ética de que a ciência pode afetar positivamente a sociedade e despertar a atenção para temáticas que envolvem grupos sociais vulneráveis, organizações e tecnologia, tem objetivos múltiplos: refletir sobre os desafios e dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência em seus deslocamentos diários pela Universidade Federal de Minas Gerais; compreender, a partir das vivências de pessoas com deficiências, as diferenças entre a acessibilidade para pessoas sem deficiência e para as pessoas com deficiência; propiciar a estudantes de graduação e de pós-graduação vivenciar as experiências e mobilidade de pessoas com deficiência, contribuindo para sua formação cidadã; elaborar e veicular produtos midiáticos sobre pessoas com deficiência para divulgação na Web Rádio

Terceiro Andar, na Rádio UFMG Educativa e em redes sociais digitais; promover a articulação entre as reflexões teóricas que têm lugar no Afetos e as experiências de pessoas com deficiência no mundo da vida; apresentar para a comunidade acadêmica, entidades representativas de pessoas com deficiência e órgãos públicos os resultados do projeto e os produtos desenvolvidos; e promover metodologias de ensino, pesquisa e extensão com a participação efetiva das pessoas com deficiência como sujeitos em ação e não apenas como objetos a serem estudados.

Em 2018, dois alunos bolsistas do Afetos, Jude Civil, intercambista do Haiti, e Juliana Aquino, aluna com deficiência intelectual e mobilidade reduzida, apresentaram a pesquisa “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência”, com a qual foram premiados no III Seminário do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção à Acessibilidade (PIPA) realizado durante a 27ª Semana do Conhecimento da UFMG, entre os dias 17 e 19 de outubro. Sônia Pessoa, uma das professoras coordenadoras do Grupo Afetos, recebeu o prêmio Boas Práticas Erasmus+ como reconhecimento de sua contribuição para uma sociedade mais inclusiva. O Erasmus+ é um programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vistas a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e o emprego. E o projeto já foi apresentado em diversos eventos científicos no Brasil, tais como encontros de iniciação científica, Intercom, Compós, entre outros.

Várias são as publicações científicas geradas a partir das reflexões e das experiências empíricas do Eu existo e me movo, destacando-se

duas publicações internacionais, sendo uma em língua inglesa e outra em língua francesa, mencionadas a seguir: MANTOVANI, C. M. C. A. ; PESSOA, Sônia Caldas . Vulnerabilities in Movement: Experiences from the Research Project. In: Maria Alice Nogueira; Camila Maria dos Santos Moraes. (Org.). Vulnerabilities in Movement: Experiences from the Research Project. 1ed.Abingdon (Inglaterra): Routledge, 2020, v. 1, p. 1-15 e PESSOA, Sônia Caldas; PAES, I. . Déficiences et capacités: bricoler avec care. In: Jean-Luc MORICEAU; Richard SOPARNOT. (Org.). RECHERCHE QUALITATIVE EN SCIENCES SOCIALES: S'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode. 1ed.Paris, França: EMS Management & Societé, 2019, v. 1, p. 221-226.

“Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” é coordenado pelas professoras vinculadas ao Departamento de Comunicação Social da UFMG Sônia Caldas Pessoa e Camila Alves Mantovani, e contou com a participação dos professores Phellipy Jácome, Ângela Salgueiro Marques e Vanessa Cardozo Brandão, que colaboram com este guia. Contou também com bolsistas de graduação e de pós-graduação financiados pelo edital Pipa, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão NAI/UFMG, Edital 05/2017, PROBIC/FAPEMIG, bolsista SIAPE), bolsistas CAPES e CNPq e bolsistas de graduação e de pós-graduação do Programa para o Desenvolvimento do Ensino de Graduação (PDEG) e do Edital No 001/2018 - Demanda Universal da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Os desafios são constantes e as adaptações devem ser permanentes para a promoção da acessibilidade. A análise é de Romerito Nascimento,

servidor público federal, membro da equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG, pessoa com deficiência visual.

"Já mudamos as ferramentas, os procedimentos, as formas de tratamento, os conceitos. Mas ainda não conseguimos mudar no físico, no real. E acho que seja por falta de consulta às pessoas com deficiência, vendo-as somente como receptoras, o que prejudica bastante o processo. Se você não me vê como alguém que pode contribuir, você vai sempre fazer aquilo que acha que é bom para mim. Daí nunca será bom, pois nunca vai atender as nossas necessidades".

FIG 2 - Retrato de Romerito Nascimento



Fonte: Imagem da primeira etapa do Projeto "Eu Existo e Me Movo".

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Retrato em primeiro plano, com fundo acinzentado, de Romerito Nascimento, que está de frente para a câmera e veste uma blusa na cor salmão. Fim da descrição.

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO: CRIAÇÃO DE UMA CAMPANHA ACESSÍVEL PARA O ACOLHIMENTO: “NOSSA VOZ NO MUNDO” PARA #ACOLHERCOMAFETOS

A experiência de fazer da Comunicação um espaço de exercício da linguagem hospitalar, constituída para acolher pessoas com diferentes modos de leitura e acesso à informação, é a de buscar soluções e novas estratégias para comunicar de modo amplo, considerando os públicos de cada produto de comunicação em suas especificidades.

Mas talvez, a primeira parte dessa busca seja comum a todo planejamento de comunicação eficiente e planejado: o conhecimento do público. Assim, para elaborar produtos de comunicação acessíveis, precisamos passar por um processo de conhecimento. Cabe perguntar: será que conhecemos as necessidades das pessoas com diferentes tipos e graus de deficiência?

Embora o relato de quem trabalha com Comunicação Social e busca a acessibilidade normalmente diga do desejo de fazer produtos de comunicação mais inclusivos, há também a sensação generalizada de ser uma tarefa difícil de se realizar plenamente. Há, em nosso imaginário, a ideia de que precisaremos de maior técnica, de que aumentará a exigência por recursos tecnológicos para que a acessibilidade seja assegurada para pessoas com diferentes tipos de necessidades.

Sabemos que existem situações em que, de fato, a comunicação depende de estruturas técnicas desenvolvidas especificamente para a realização de produtos em linguagens e métodos especializados – como

o caso da linguagem Braille ou da interpretação e tradução em Libras. Sem negligenciar a necessidade de investimento em estruturas de comunicação específicas, imprescindíveis para que muitas pessoas com deficiência tenham pleno acesso à comunicação, é bom lembrarmos que podemos fazer mais com as tecnologias que temos disponíveis em meios de comunicação com recursos multimidiáticos.

A partir dessa compreensão, de que podemos fazer produtos e ações acessíveis com os recursos que temos disponíveis principalmente com as redes digitais, o Grupo Afetos experimentou a criação de uma campanha educativa, voltada para a comunidade acadêmica.

O processo de criação e planejamento da campanha foi feito a partir da escuta de pessoas com deficiência ou em situação de deficiência, em várias etapas. A equipe de criação e produção foi supervisionada pela publicitária e professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG, Vanessa Cardozo Brandão (pesquisadora integrante do Afetos), composta por três bolsistas de iniciação científica, sendo dois deles financiados pelo edital PIPA (Programa de Apoio a Inclusão e Promoção à Acessibilidade – NAI/UFMG) e uma estagiária da Rádio Terceiro Andar (Fafich) e uma mestranda do PPGCOM.

A etapa de *briefing* da campanha foi realizada a partir de entrevistas com estudantes com deficiência matriculados na UFMG, além de incorporar informações e experiências de escuta a pessoas com

deficiência realizadas anteriormente no trabalho do Afetos, tais como o projeto “Eu existo e me movo”³.

É importante demarcar esse triplo movimento: 1) o *briefing* foi feito por equipe da qual fazem parte pessoas com deficiência, 2) foi feito através da escuta das pessoas com deficiência e 3) pretende falar para a comunidade acadêmica sobre a perspectiva das pessoas com deficiência. Comunicar não apenas para elas, ou sobre elas, mas *com elas*: a deficiência é uma condição que afeta a todos da comunidade acadêmica, com e sem deficiência. Todos podem conviver e se relacionar, em suas diferenças, e a campanha parte de processos de planejamento e criativos que, em si mesmos, já manifestem esse movimento de encontro entre sujeitos diversos em diálogo e produção coletiva.

A campanha se realizou a partir de dois eixos de atuação:

- Relatos em áudio, a partir de textos de depoimento de pessoas com deficiência: criação de três spots de rádio de cerca de um minuto, veiculados na Rádio Terceiro Andar, na Rádio UFMG Educativa e replicado nas redes sociais do Grupo Afetos e Rádio Terceiro Andar;
- Série de postagens com textos educativos, como “dicas” para que as pessoas sem deficiência possam entender a experiência de pessoas com deficiência, com o objetivo de promover o acolhimento afetivo.

³ A primeira etapa do Projeto “Eu existo e me movo” foi realizado em 2017 pelas Professoras Coordenadoras do Grupo Afetos Sônia Pessoa e Camila Mantovani, levando à produção de uma série documental de relatos em vídeo e áudio, com transcrição, sobre a experiência de mobilidade das pessoas com deficiência dentro do campus da UFMG. O projeto continua em desenvolvimento em uma nova etapa em torno da acessibilidade cultural e conta com financiamento da Fapemig. Disponível em <<https://radioterceiroandarufmg.wordpress.com/eu-existo-e-me-movo-experiencias-e-mobilidade-de-pessoas-com-deficiencia/>>, acesso em 14 de fevereiro de 2023.

A) RELATO TESTEMUNHAL EM ÁUDIO (RÁDIO E REDES SOCIAIS FACEBOOK E INSTAGRAM):

Nesse eixo da campanha educativa, procurou-se trabalhar a partir da inspiração pelo lema das pessoas com deficiência no próprio modo de criação do conteúdo: “Nada sobre nós, sem nós”. A partir do relato de pessoas com deficiência, tanto da comunidade acadêmica da UFMG, quanto em depoimentos públicos constantes do relatório da ONU, os bolsistas envolvidos com a produção da campanha gravaram falas, transformando depoimentos escritos em áudio.

Além de a decisão de produzir os relatos em áudio, com o objetivo de tornar os depoimentos acessíveis a mais pessoas, o formato do spot foi feito para veiculação na Rádio UFMG Educativa (frequência 104,5 FM em Belo Horizonte), tendo sido adaptado para veiculação na rádio online, e ainda para rodar em canal no Youtube. Um elemento de destaque é a escolha em colocar as falas de pessoas com deficiência, de suas experiências, como ponto de vista de partida do convite ao público ouvinte.

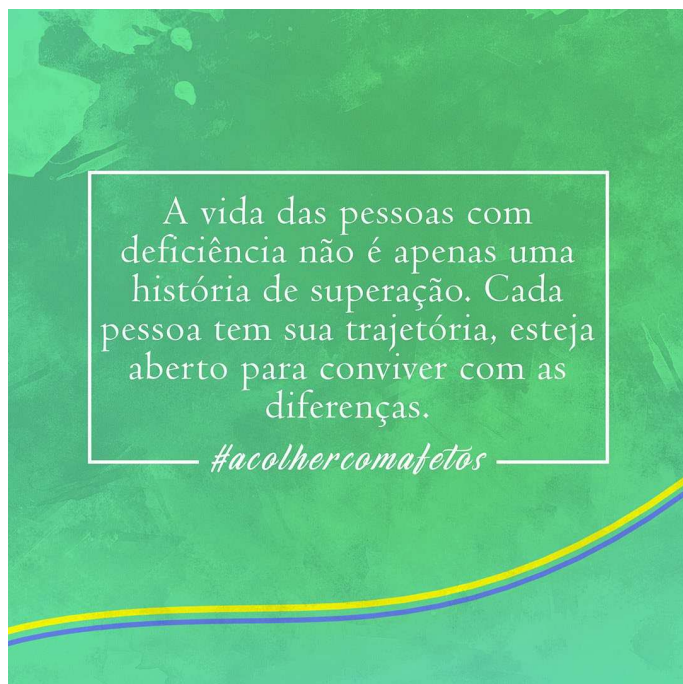
B) DICAS PARA #ACOLHERCOMAFETOS: POSTAGENS EDUCATIVAS EM REDES SOCIAIS (FACEBOOK E INSTAGRAM):

Nesse eixo, buscamos usar recursos típicos das redes digitais, com frases curtas e uma padronização visual que facilitasse a leitura na tela. São dicas simples e rápidas, que enfatizam o olhar para aspectos que, normalmente, pessoas sem deficiência costumam negligenciar, por desconhecimento da experiência de pessoas com deficiência.

O que podemos destacar, nesse caso, é o uso de uma rede tipicamente imagética – o Instagram – com alguns elementos que

tornam a mensagem mais acessível, como: o uso da descrição da imagem (em seus elementos visuais), uso de hashtags associadas à acessibilidade e à inclusão, como #ParaTodosVerem e #TimelineAcessível.

FIG 3 - postagem feita no perfil do Grupo Afetos no Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/grupoafetos>

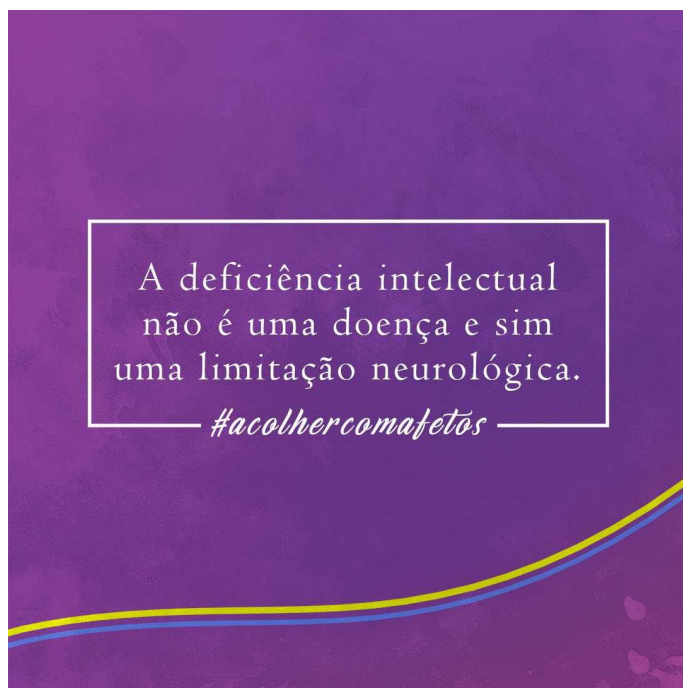
#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo verde texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra roxa, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: "A vida das pessoas com deficiência não é apenas uma história de superação. Cada pessoa

tem sua trajetória, esteja aberto para conviver com as diferenças.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linhas está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

#pessoascomdeficiencias #pcd #acessibilidade
#acessibilidadedecomunicacional #inclusao #capacitismoao #ufmg
#grupoafetos #radioterceiroandar

FIG 4 - postagem feita na conta do Grupo Afetos no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

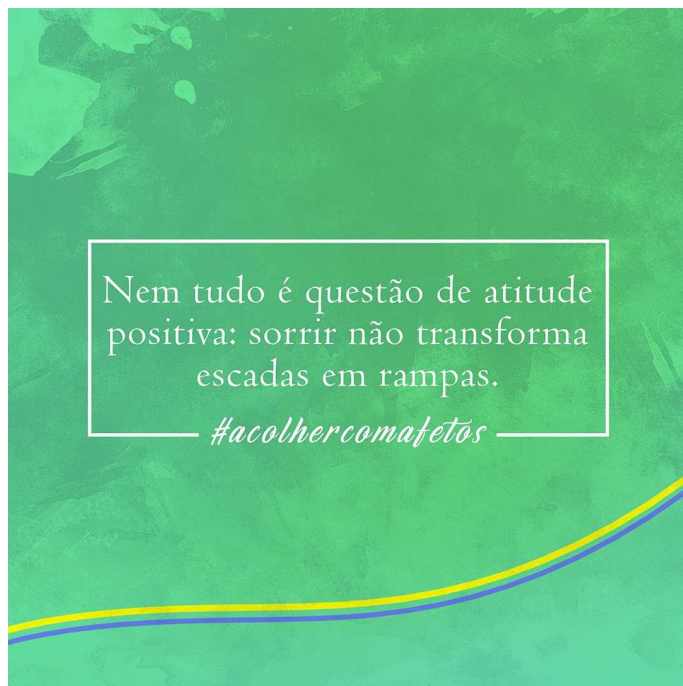
#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo roxo texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra

azulada, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: “A deficiência intelectual não é uma doença e sim uma limitação neurológica.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linha está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

#pessoascomdeficiencias #pcd #acessibilidadecomunicacional
#acessibilidade #inclusao #capacitismoao #afetos #ufmg

FIG 5 - postagem feita na conta do Grupo Afetos no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

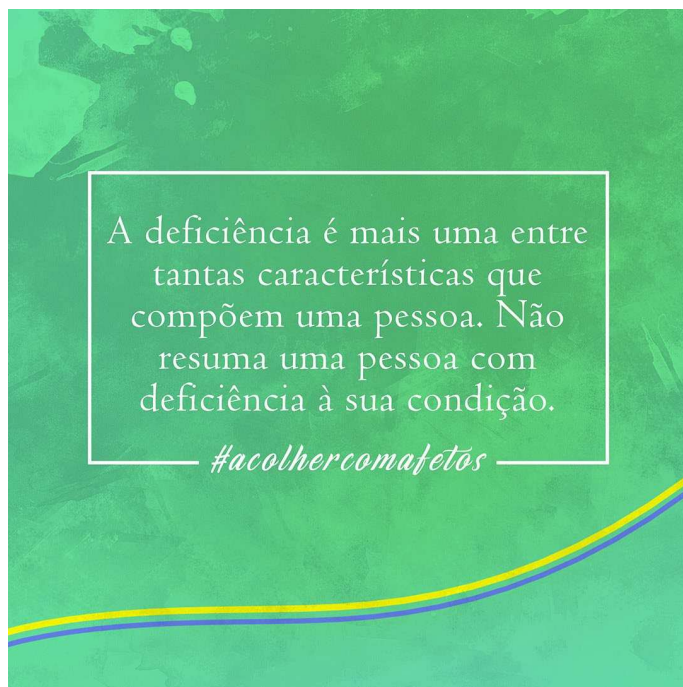
Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo verde texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra roxa, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: “Nem tudo é questão de atitude positiva: sorrir não transforma escadas em rampas.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linha está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

Desde 1992, comemora-se no dia 03 de dezembro, data instituída pela Organização das Nações Unidas, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. A data tem o objetivo de chamar atenção para questões envolvendo as deficiências, promover reflexões a respeito da importância de integrar as pessoas com deficiência nos diversos âmbitos da vida social e mobilizar a sociedade para a defesa dos direitos, da dignidade e da qualidade de vida para todos os cidadãos.

O grupo Afetos e a Rádio Terceiro Andar, parceiros em uma iniciativa de sensibilização para o acolhimento hospitalareiro das pessoas com deficiência, aproveitam a ocasião da campanha #AcolherComAfetos para lembrar desta data.

#DiaInternacionalDaPessoaComDeficiencia #calendárioinclusivo
#InternacionalDayOfPersonsWithDisabilities #ADay4all #pcd
#pcdbrasil #pcdnamidia #acessibilidade #inclusao
#acessibilidadecomunicacional #instapcd #deficiencia #pcdonline
#disabilities #peoplewithdisabilities #afetos #UFMG
#RadioTerceiroAndar #FafichUFMG

FIG 6 - postagem feita na conta do Grupo Afetos no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo verde texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra roxa, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: “A deficiência é mais uma entre tantas características que compõem uma pessoa. Não resume uma pessoa com deficiência à sua condição.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linha está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

A deficiência não é limite para se viver e sim para quebrar barreiras. As deficiências não são limites para se viver, desde que sejam quebradas as barreiras que impedem o acesso de algumas pessoas. O problema não são as diferenças, mas as desigualdades e a violação de direitos.

#pcd #pcdbrasil #pcdnamidia #acessibilidade #inclusao
#acessibilidadecomunicacional #instapcd #deficiencia #pcdonline
#disabilities #peoplewithdisabilities #afetos #UFMG
#RadioTerceiroAndar #FafichUFMG

FIG 7 - postagem feita na conta do Grupo Afetos no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

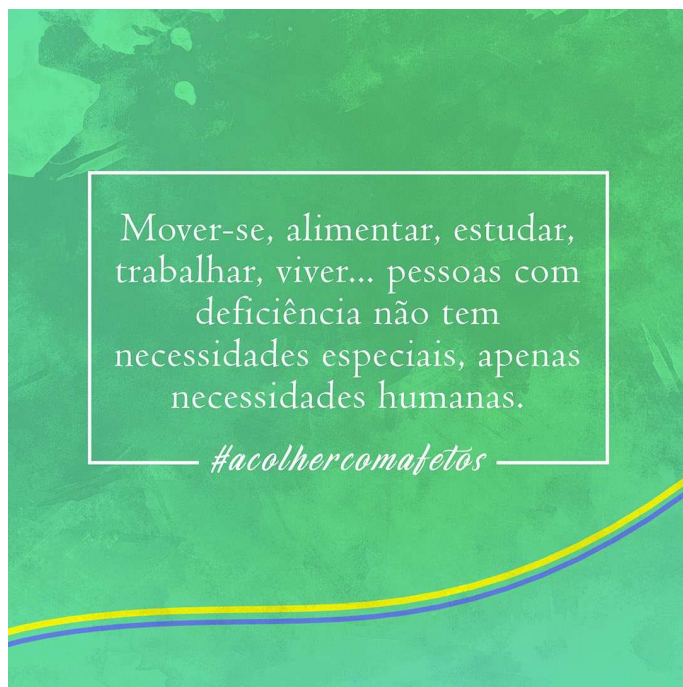
Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo roxo texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra azulada, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: “Usar indevidamente as vagas de estacionamento reservadas pode impedir o acesso de uma pessoa com deficiência ao local.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linha está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

Nunca trate um adulto com deficiência intelectual como uma criança ou sinta pena de sua condição, respeite pois ele é um cidadão igual a você. Ninguém deve ser tratado com sentimento de pena por ser diferente e ter outras necessidades. Infantilizar um adulto por sua deficiência intelectual é uma forma de preconceito e desrespeito. Saibamos conviver de forma natural e harmoniosa com as diferenças que tornam o mundo mais diverso!

#pcd #pcdbrasil #pcdnamidia #acessibilidade #inclusao
#acessibilidadecomunicacional #instapcd #deficiencia #pcdonline
#disabilities #peoplewithdisabilities #afetos #UFMG

#RadioTerceiroAndar #FafichUFMG

FIG 8 - postagem feita na conta do Grupo Afetos no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

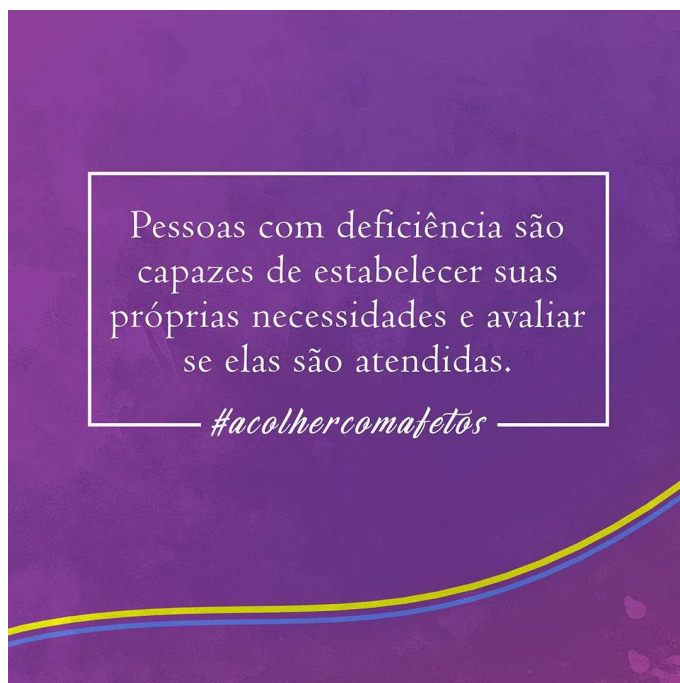
#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo verde texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra roxa, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: “Mover-se, alimentar, estudar, trabalhar, viver... pessoas com deficiência não têm necessidades especiais, apenas necessidades humanas.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linha está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

Todas as pessoas têm necessidades básicas, gerais ou específicas, para viver com dignidade. As necessidades podem ser diferentes, mas o direito de tê-las atendidas é o mesmo para todos os cidadãos. Viver e praticar coisas corriqueiras não tornam as pessoas com deficiências especiais e sim humanos.

#pcd #pcdbrasil #pcdnamidia #acessibilidade #inclusao
#acessibilidadecomunicacional #instapcd #deficiencia #pcdonline
#disabilities #peoplewithdisabilities #afetos #UFMG
#RadioTerceiroAndar #FafichUFMG

Figura 9- postagem feita na conta do Grupo Afetos no Instagram



Fonte: <https://www.instagram.com/grupoafetos/>

#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

Descrição da imagem: um quadro em proporção quadrada, com fundo roxo texturizado; duas linhas curvas, uma amarela e outra azulada, atravessam a parte inferior da imagem. No centro, linhas brancas formam uma moldura retangular em volta da frase: “Pessoas com deficiência são capazes de estabelecer suas próprias necessidades e avaliar se elas são atendidas.” A linha inferior da moldura branca quadrada é interrompida e entre as linha está inserida a hashtag #AcolherComAfetos

As pessoas com deficiências sabem de seus potenciais e são capazes de buscar seu espaço, desde que seus direitos sejam respeitados. E todo mundo pode - e deve! - ficar bravo quando seus direitos são violados e suas necessidades básicas negadas. Exigir que as pessoas com deficiência levem tudo com leveza e sejam sempre cordiais não é legal. Sejamos todos solidários com a luta pela inclusão.

#pcd #pcdbrasil #pcdnamidia #acessibilidade #inclusao
#acessibilidadecomunicacional #instapcd #deficiencia #pcdonline
#disabil

3

ENTRE DEFICIÊNCIAS E ESTATÍSTICAS

O número de brasileiros com deficiência nos chama a atenção não só para a importância de um olhar hospitaleiro, mas para um pensar que leve em consideração uma sociedade acessível a todos eles. Em nota técnica 01/2018, divulgada em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) explicou a releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico de 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington, criado no âmbito da Comissão de Estatística da ONU para promover a cooperação internacional neste campo dos dados.

Assim, com a aplicação desta nova linha de corte baseada em parâmetros internacionais, segundo a nota técnica, a população total de pessoas com deficiência residentes no Brasil captada pela amostra do Censo Demográfico 2010 não se faz representada pelas 45.606.048 pessoas das 190.755.048 pessoas recenseadas nessa última operação censitária, mas sim por um quantitativo de 12.748.663 pessoas, ou 6,7% do total da população registrado pelo Censo Demográfico 2010. Uma redução muito significativa nos números, portanto. Sendo que o percentual de pessoas com deficiência visual, conforme o novo critério, é de 3,4%; já deficiência auditiva e motora é de 1,1% e 2,3%, respectivamente.

“O que observamos a partir desse novo entendimento é a redução drástica no número de pessoas com deficiência no Brasil. Trata-se de uma redução de 17,2 pontos percentuais. Se até esta nota técnica afirmávamos que

o Brasil tinha aproximadamente 45 milhões de pessoas com deficiência, agora são consideradas pessoas com deficiência, 12.748.633 indivíduos. Os impactos dessa definição nas políticas públicas e no cotidiano das pessoas com deficiência são enormes, e nem todas as decorrências já podem ser adiantadas, mas não resta dúvida que o impacto maior é sobre a leitura que se pode fazer sobre as cotas para pessoas com deficiência, não só no mercado de trabalho, mas principalmente quanto ao acesso destas ao ensino em escolas e universidades federais. E para que ocorra uma melhor compreensão desses dados e de suas consequências atuais na sociedade brasileira, é preciso que o artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão (nº13.146, de 2015) seja devidamente regulamentado e implantado. Nesse artigo da lei, afirma-se a necessidade de um modelo de avaliação biopsicossocial da deficiência”, analisa Carlos Wagner Jota Guedes, sociólogo, mestre em Sociologia, pessoa em situação de deficiência, pai de um jovem com deficiência.

FIG 10 - Retrato de Carlos Guedes



Fonte: Arquivo pessoal

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Retrato em primeiro plano, de Carlos Guedes, que está de frente para a câmara, veste uma camisa em padronagem xadrez no tom azul e fala em um microfone. Fim da descrição.

A produção de indicadores sociais sobre as pessoas com deficiência enfrenta desafios, tanto no Brasil quanto no mundo. Um fator complicador refere-se à adoção de uma base comum de avaliação e parâmetros para que se possa produzir dados passíveis de serem comparados entre si. Uma importante iniciativa nesse sentido é o trabalho do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (*Washington Group on Disability Statistics*) criado no âmbito da Comissão de Estatística da ONU. O Grupo trabalha com institutos nacionais de estatísticas de diversos países e também com organizações internacionais e de pessoas com deficiência, buscando promover a cooperação internacional no campo das estatísticas de saúde, principalmente, no que concerne ao desenvolvimento de ferramentas para investigação em censos e pesquisas amostrais.

Dentre as ferramentas desenvolvidas pelo Grupo de Washington, destaca-se o conjunto curto de questões sobre deficiência (*short set of disability questions*), aprovado em 2006 e que é, atualmente, um dos instrumentos de coleta de dados sobre pessoas com deficiência em estudos populacionais mais difundido internacionalmente. Segundo Botelho e Porciúncula (2018)

O conjunto curto foi formulado para ser usado em censos e pesquisas que tratem de uma maior amplitude de temáticas e disponham,

consequentemente, de espaço mais restrito para as questões sobre deficiência. Ele se concentra em seis domínios funcionais essenciais – enxergar, ouvir, andar, cognição, autocuidado e comunicação – e se propõe a identificar, entre a população em geral, pessoas sujeitas a um maior risco de sofrerem restrições de participação. Seguindo as recomendações do Grupo de Washington, a investigação com o recurso ao conjunto curto de questões deve ser introduzida por uma frase inicial, contém uma questão correspondente a cada um dos seis domínios selecionados e as respostas aparecem em uma escala que vai de “nenhuma dificuldade” até “não consegue de modo algum”. (BOTELHO, PORCIÚNCULA, 2018, p. 131)

CONJUNTO CURTO DE QUESTÕES DO GRUPO DE WASHINGTON¹

As próximas perguntas são sobre as dificuldades que você pode ter em certas atividades devido a um problema de saúde.

1. Você tem dificuldade em ver, mesmo usando óculos?
2. Você tem dificuldade para ouvir, mesmo se estiver usando um aparelho auditivo?
3. Você tem dificuldade para andar ou subir escadas?
4. Você tem dificuldade de se lembrar de algo ou de se concentrar?
5. Você tem dificuldade (com autocuidado) em lavar-se ou vestir-se?
6. Utilizando a sua linguagem habitual, você tem dificuldade para se comunicar, por exemplo, entender ou ser compreendido?
 - a. Não - sem dificuldade
 - b. Sim - alguma dificuldade

¹ Fonte: Washington Group on Disability Statistics. The Washington Group short set of questions on disability. Disponível em: <http://www.washingtongroup-disability.com/washington-group-question-sets/short-set-of-disability-questions/>

c. Sim - muita dificuldade

d. Não consigo de modo algum

Em Janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, nº 13.146/2015, que veio resguardar o direito à autonomia e à potencialidade às pessoas com deficiência para realizar atos e deveres da vida civil, assim como os demais membros da sociedade. Ela assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta lei é também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência e foi projetada no Congresso Nacional há mais de 15 anos. A proposta acabou culminando na criação e implantação do texto que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2016. Porém houve a necessidade de certos ajustes, levando em consideração as diligências, "oriundas de movimentos sociais aos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" (Decreto Legislativo 186/2008), que recomendavam a eliminação de qualquer dispositivo que associasse deficiência à incapacidade.

MAS QUANDO É QUE A PESSOA É CONSIDERADA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?

No artigo 2º da lei 13.146, é considerada pessoa com deficiência *“aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”* Esta definição atual foi estabelecida

pela Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, em 2006.

É importante compreender a deficiência para além dos fatores médicos, considerando elementos relacionados à sociedade e ao meio que não se adaptam à convivência e à interação com as pessoas com deficiência e fazem surgir barreiras que as impedem de viver em igualdade. Esse conceito de cunho sociológico foi desenvolvido nos estudos da deficiência sob a perspectiva do modelo social, que surgiu nos anos 1960 e propôs repensar a origem da desigualdade.

O modelo social, segundo Diniz (2007), é uma abordagem alternativa ao modelo médico, pois coloca a causalidade na estrutura social, não sendo, portanto, um problema do indivíduo, mas do ambiente hostil e da sociedade incapaz de prever e de se ajustar à diversidade. Pessoa (2018) diz que é comum uma pessoa com deficiência ou aquela que se torna pessoa com deficiência em decorrência de uma doença grave ou um acidente, apresentarem problemas de saúde o que não valida a perspectiva da deficiência como patologia. A autora afirma que, em outras palavras, patologias podem estar associadas à deficiência, mas a deficiência em si não se configura como uma doença. Assim, a deficiência trata de um conjunto de fatores biológicos, psicológicos e sociais, que circulam com suas singularidades e também com suas características em comum, fazendo-se necessária a atuação conjunta e articulada de todos os envolvidos nesses processos.

4

LINGUAGEM HOSPITALEIRA

A ideia de *linguagem hospitaleira*, proposta por Pessoa (2018), é a concepção teórica que norteia a escrita deste guia. O que ela propõe é uma reflexão a respeito da utilização de termos e expressões que, embora possam ter caráter comum e circulação corrente, carregam sentidos pejorativos e discriminatórios ligados às condições de pessoas com deficiências. Assim, o uso de uma linguagem hospitaleira, sensível às demandas das próprias pessoas com deficiência e respeitosa quanto às suas necessidades de identidade e de reconhecimento social, é um compromisso presente em todo este texto. Perdoem-nos alguns deslizes possíveis. Estamos em constante aprendizado.

Ao longo dos anos, os movimentos políticos ligados à defesa dos direitos das pessoas com deficiência têm trabalhado para construir uma comunicação mais acolhedora com as diferenças, instruindo quanto aos sentidos depreciativos de alguns termos. Eles atuam também na desconstrução de estereótipos, que indicam como parte da sociedade ainda percebe as pessoas com deficiência. Esses estereótipos estão relacionados a imaginários constituídos ao longo da história da humanidade e que ainda circulam e se cristalizam discursivamente. A maioria tem cunho pejorativo e denota preconceitos, tais como débil, defeituoso, inválido, aleijado, malfeito e disforme, entre outros. Há também a idealização de pessoas com deficiência, que são consideradas bondosas, angelicais e dignas de pena ou de um milagre (PESSOA, 2018).

Com base, portanto, na consideração dessas demandas e no reconhecimento da importância de que produtos midiáticos adotem o cuidado com uma linguagem mais respeitosa, elencamos abaixo alguns exemplos de termos que, ainda que sejam corriqueiros, incomodam ou constrangem pessoas com deficiência, contribuindo para sua exclusão. A tabela a seguir traz, na coluna da esquerda, *O que não usar*, palavras e expressões que devem ser evitadas, enquanto a coluna da direita, *O que usar*, propõe maneiras mais hospitaleiras de tratar as diferenças.

👎❌ O que não usar	👍✅ O que usar
Deficiente, inválido, incapaz, doente, excepcional	Pessoa com deficiência
Pessoa com necessidades especiais	Pessoa com necessidades específicas
Portador de síndrome de Down	Pessoa com Síndrome de Down
Portador de retardamento mental, retardado	Pessoa com deficiência intelectual
Doença genética	Condição genética
Pessoa surda-muda	Pessoa surda ou pessoa com deficiência auditiva
Pessoa normal, pessoa dita normal	Pessoa sem deficiência
Pessoa paralisada cerebral, paralisado cerebral	Pessoa com paralisia cerebral
Pessoa que sofre de autismo	Pessoa autista
Epilético, pessoa epilética	Pessoa com epilepsia

5

ACESSIBILIDADES?

Acessibilidade, no singular, foi conceituada na legislação brasileira no artigo 3º da lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O termo significa "a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida."

Para além de nos basearmos na legislação, o que é importante para a garantia dos direitos básicos das pessoas com deficiência, concebemos acessibilidades, em nossos projetos, a partir de uma perspectiva hospitaleira. Significa dizer que assumimos ser necessário trabalhar, de modo amplo e irrestrito, contra as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, estruturais, tecnológicas, informacionais e comunicacionais em prol do acesso das pessoas com deficiência a todos os locais, atividades e serviços que as demais pessoas podem usufruir. Implica dizer também de um desejo que se relaciona a um enfrentamento de barreiras atitudinais, isto é, aquelas que incluem comportamentos e atitudes em relações sociais que possam dificultar ou impedir movimentos das pessoas com deficiência. Exige de nós um

deslocamento do pensar e do agir; desafios não faltam, mas vale a pena tentar.

Essa perspectiva é inspirada na ideia de que possibilitar o movimento livre destes sujeitos com deficiência implica reconhecer a sua liberdade, como a de qualquer outro cidadão, para acessar mundos possíveis de acordo com as suas necessidades específicas. Em sociedades pensadas e operacionalizadas, em sua maioria, por pessoas sem deficiência, não são raras as situações nas quais os sujeitos com deficiência são impedidos de participar, de modo efetivo, de situações sociais cotidianas. A maioria delas poderia ser resolvida com o que consideramos boa vontade ou um olhar mais empático para o outro não só das instituições mas também dos cidadãos comuns. E as instituições, em sua maioria, são compostas por cidadãos comuns, não é mesmo?

Já se imaginou sem votar porque a seção eleitoral não é acessível? E perder um atendimento em um posto de saúde porque profissionais da área não se consideram aptos a fazê-lo? Já pensou em ver o filho ser recusado em escolas sob alegação de que não há professores especializados? Conheceu alguma história de alunos que não podem gravar uma aula ou ter acesso aos *slides* dos educadores, que consideram um favorecimento ao aluno com deficiência visual ou intelectual? E as pessoas com deficiência que não podem frequentar o banheiro de um estabelecimento comercial porque a cadeira de rodas não passa na porta? Chegar a uma peça de teatro e precisar voltar para casa já que não há rampas para ir à plateia? E quando não se consegue chegar ao seu destino porque o ônibus ou o táxi não apresenta condições de acessibilidade ou as pessoas que os conduzem se recusam a transportar

peças com deficiência? Ter que se arrastar por escadas na ausência de um elevador? Não ter disponibilizada a transcrição ou a tradução em Libras de uma entrevista em áudio ou vídeo e ficar impossibilitado de compreender o conteúdo? Estes são apenas alguns dos inúmeros exemplos que marcam cotidianamente a vida de muitos brasileiros.

As restrições de movimentos específicos e diversos impõem grandes desafios às pessoas com deficiência. Lidar com as especificidades da deficiência em um mundo hostil exige um esforço que nos escapa dimensionar. Por isso, muitas vezes o conceito de acessibilidade se vê atrelado à ideia de mobilidade. Sheller (2014), que traz o conceito de *mobility justice*, ou mobilidade justa, propõe pensar a mobilidade como diversa e inter-relacionada a variados fatores do mundo moderno. Isso significa pensar o movimento para além das questões físicas, percebendo-o também nas dinâmicas tecnológicas contemporâneas. Inclusive, dentro desse pensamento, ser móvel não seria sempre bom, pois há formas coercitivas de mobilidade, assim como ficar parado também pode indicar um posicionamento importante.

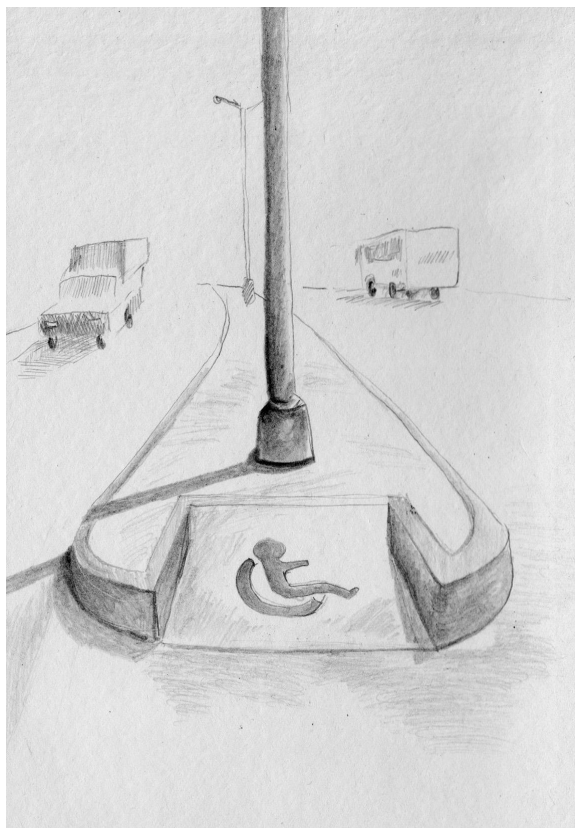
Nesse contexto, os espaços urbanos assumem uma centralidade na análise, na medida em que se tornam lugares privilegiados para se pensar a circulação. Soma-se a isso, a discussão realizada pelos teóricos da mobilidade que, muitas vezes, privilegiam as geografias e territorialidades dos países desenvolvidos ou, nas palavras de Sheller (2014), o norte global. Lá, as questões se voltam para dinâmicas de hipermobilidade e também para perspectivas que buscam redesenhar uma outra relação com o movimento como, por exemplo, as mobilidades

sustentáveis. No caso dos países periféricos, as condições de imobilidade parecem ser mais prementes. Quem pode se deslocar, quando e em que condições? Essas são perguntas que se apresentam. E, se isso já se torna um fator importante para pessoas sem deficiência, para as pessoas com deficiência se torna crucial.

AS DIFICULDADES QUE ENVOLVEM O COTIDIANO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PODEM SER DEFINIDAS COMO BARREIRAS. QUAIS SÃO ELAS?

a) barreiras urbanísticas: são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo. Podem ser encontradas em construções ou reformas que impedem a passagem de pessoas com deficiência, assim como na ausência de vagas de estacionamento preferenciais;

FIG 11 - Barreira em espaço público



Fonte: Ilustração de Stephanie Boaventura

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Ilustração em grafite sobre papel mostrando um poste logo à frente de uma rampa para cadeira de rodas em um canteiro central de via, impossibilitando seu uso. Fim da descrição.

b) barreiras arquitetônicas: são as existentes nos edifícios públicos e privados. A falta de banheiros adaptados é um exemplo dessas barreiras, assim como a existência de portas estreitas que obstruem a

passagem de pessoas com deficiência física que utilizam cadeiras de rodas;

FIG 12 - Escadaria em prédio sem rampa



Fonte: Ilustração de Stephanie Boaventura

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Ilustração em grafite sobre papel mostrando uma cadeirante de costas, olhando para uma longa escadaria sem ter meios para subir. Fim da descrição.

c) barreiras nos transportes: são as existentes nos sistemas e meios de transportes. No meio rodoviário, transportes e elevadores devem auxiliar a locomoção de pessoas com deficiência física, enquanto a infraestrutura de serviços deve ser acessível nos transportes ferroviário e aéreo;

FIG 13 - Ônibus sem elevador



Fonte: Ilustração de Stephanie Boaventura

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Ilustração em grafite sobre papel mostrando uma cadeirante amputada entrando em um ônibus sem elevador, subindo com a força dos braços os degraus na porta do veículo. Fim da descrição.

d) barreiras comunicacionais: se referem a qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação. Isso pode ser observado na comunicação escrita, interpessoal e/ou digital;

FIG 14 - Comunicação estritamente visual e ineficiente



Fonte: Ilustração de Stephanie Boaventura

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Ilustração em grafite sobre papel mostrando, com traços esboçados, uma galeria de um shopping, com foco em uma placa direcional com baixo contraste e baixa visibilidade. Fim da descrição.

e) barreiras atitudinais: se referem a atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. A falta de atendimento adequado a alunos com deficiência e o *bullying* são exemplos dessas barreiras

FIG 15 - Atitudes que excluem socialmente a pessoa com deficiência



Fonte: Ilustração de Stephanie Boaventura

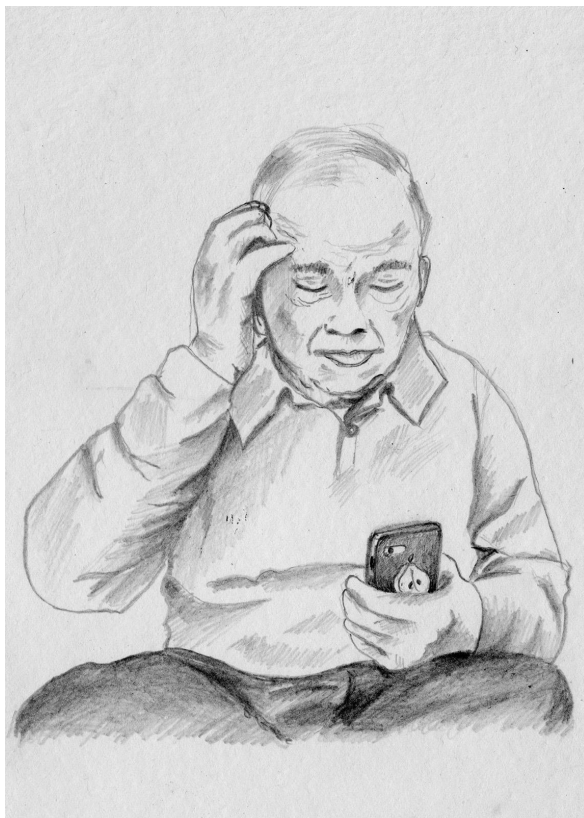
#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Ilustração em grafite sobre papel mostrando uma mulher cadeirante em primeiro plano, com expressão triste, e um casal em segundo plano, em traços esboçados, olhando e apontando para ela. Fim da descrição.

f) barreiras tecnológicas: são aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias de informação e

comunicação. Alguns sites, por exemplo, podem conter barreiras tecnológicas, como a ausência de formulário acessíveis, *links* repetidos, fontes muito pequenas e imagens sem texto alternativo.

FIG 16 - Tecnologias que não são acessíveis para todas as pessoas



Fonte: Ilustração de Stephanie Boaventura

#ParaTodosVerem

Descrição da imagem: Ilustração em grafite sobre papel mostrando um idoso sentado, olhando com expressão confusa para um celular em uma de suas mãos. Fim da descrição.

A acessibilidade está intimamente ligada à inclusão social, pois a verdadeira inclusão só é possível quando ambientes e sistemas estão prontos para lidar com as diferenças, oferecendo oportunidades iguais de acesso a bens e serviços para todos. E não se pode esquecer que acessibilidade é uma questão de direito da pessoa com deficiência, além de significar avanço sócio-cultural, por tornar a sociedade mais igualitária.

"Para mim, a mais complicada de todas as barreiras é a barreira atitudinal porque aí a gente esbarra em aspectos culturais. Depende da comunidade, depende das pessoas que te cercam. Isso foge da nossa competência, de nossa capacidade de mudança em relação às pessoas. Mas a ideia é que a gente possa promover essa mudança ao longo do tempo. A gente sabe que as mudanças culturais são lentas, levam anos, às vezes séculos para que aconteça, mas em algum momento tem que começar para que a mudança aconteça, senão não acontece nunca", afirma Abel Passos do Nascimento Júnior, funcionário da UFMG lotado no Centro de Apoio ao Deficiente Visual da biblioteca da FAFICH e pessoa com deficiência visual.

FIG 17 - Abel e os alunos Nivaldo Souza e Jhonathann Gomes



Fonte: Imagem da primeira etapa do Projeto “Eu Existo e Me Movo”.

#PraTodosVerem

Descrição da imagem: Retrato em plano americano mostrando, da esquerda para a direita, Nivaldo Souza, Abel Passos e Jhonathann Gomes, todos de pé e de frente para a câmera. Ao fundo e no canto direito, há um computador ligado. Fim da descrição.

5.1 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA

Bonito (2020) problematiza que as emissoras de rádio e televisão colocam os interesses financeiros antes dos sociais, o que impede a boa veiculação de narrativas acessíveis. Para o autor, a acessibilidade comunicativa requer o uso de diferentes tecnologias assistivas, tais como audiodescrição, legendas e janela de Libras. A acessibilidade comunicativa contribui para uma comunicação mais igualitária, livre de barreiras. Dessa forma, colabora-se para a democratização da informação.

Entende-se acessibilidade comunicativa como o uso de ferramentas que minimizem ou eliminem barreiras na comunicação, tendo em vista, principalmente, indivíduos com alguma deficiência sensorial, visual, auditiva ou cognitiva. Alguns recursos que viabilizam a acessibilidade comunicativa são: audiodescrição, legenda oculta, janela de língua de sinais, sistema braille, contraste de cores e ampliação de textos (BONITO, 2020).

Segundo Napolitano, Leite e Martins (2016), o processo de inclusão social se volta para a igualdade de direitos e equiparação de oportunidades para todos, mas para que isso ocorra as mudanças devem acontecer em diferentes âmbitos da sociedade, principalmente os comunicacionais.

Uma barreira comunicacional impede o acesso à plena comunicação interpessoal, escrita e virtual e, por consequência, o acesso à informação e ao conhecimento. Sem acesso às informações e sem mecanismos que garantam sua expressão, as pessoas sequer têm a possibilidade de inclusão e envolvimento nos serviços sociais. (NAPOLITANO, LEITE e MARTINS, 2016, p. 128)

Em encontro virtual realizado em 2022 pelo projeto “Comunicação, Educação e Acessibilidade: Rodas de conversa com docentes, discentes e técnicos administrativos em educação”, encabeçado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com Afetos, o Núcleo de Acolhimento e Diálogo da FAFICH (NAD), a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, a Diretoria de Governança Institucional e o Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas, o professor Marco Bonito

comentou sobre os aspectos essenciais para aplicação prática dessa ideia de acessibilidade comunicativa¹.

O ponto em que a acessibilidade comunicativa vai tocar, para além da questão técnica, é qual o procedimento que você está usando, considerando a cultura das pessoas, para dar autonomia para uma pessoa com deficiência visual, auditiva, sensorial ou mental consumir os conteúdos. A acessibilidade comunicativa não está preocupada em falar sobre uma pessoa com deficiência que superou todas as barreiras. A minha pesquisa não está preocupada com isso porque ela está preocupada em tirar as barreiras para que as pessoas possam consumir os conteúdos. Eu diria que a gente tem algumas coisas que são fundamentais (para levar essa reflexão para a prática).

O primeiro é nunca fazer algo sem passar pela validação de uma pessoa com a deficiência x, y, z. Ou seja, você precisa de alguém com aquela deficiência te dando um suporte, uma consultoria para saber se o que você está propondo funciona. Você que enxerga, você que ouve, ou você que não tem algum tipo de transtorno mental que te prejudique a codificação, você vai precisar de alguém para te dar esse feedback, essa é a coisa básica. Ou seja, se vou fazer um jornal de uma determinada maneira, por quê? Baseado em quê? Quem deu esse feedback? Precisa de alguém ali, sendo uma pessoa com deficiência para dar esse feedback.

A segunda coisa que é muito importante nesse processo de retirar as barreiras e colocar acessibilidade é sempre prestar atenção se a pessoa está em condições de realizar tal atividade. Do jeito que eu estou fazendo, a pessoa tem autonomia para fazer sozinha o consumo desta informação? A pessoa cega, do jeito que eu fiz, ela tem autonomia? Se ela consegue fazer tudo sozinha, é um indício de que você está fazendo certo. A mesma coisa para uma pessoa surda, ou com alguma deficiência mental.

E por fim, a acessibilidade tinha que entrar desde o início do projeto e não depois, quando a coisa está pronta, torná-la acessível. Eu tinha uma intuição de que isso deveria ser assim e depois, durante a pesquisa, e nas

¹ Disponível em <https://youtu.be/rpHRAKaEbQs>

pesquisas que eu venho fazendo ao longo dos anos, isso fica cada vez mais evidente. Ou seja, se eu vou fazer um jornal — seja um telejornal, um jornal impresso, um jornal web ou um rádio jornal — e eu primeiro faço e depois eu vou tornar ele acessível, ele é mais difícil de ser feito do que se você desde o início tiver pensando na acessibilidade.

5.2 ACESSIBILIDADES AFETIVA E AMOROSA

Segundo Pessoa (2019, p. 217), a acessibilidade afetiva é um conjunto de relações sociais que se materializa quando “conseguimos nos mover em redes de relações mais hospitalares e, por que não, afetivas, em suas dimensões de afetação, mas também de sentimentos e emoções tão necessários a nós, sujeitos em ação nas organizações.” Assim, essa noção é entrelaçada por discursos, práticas cotidianas e movimentos de acolhimento.

A acessibilidade afetiva se dá em situações cotidianas, presenciais ou *online*, sem que seja possível mensurar os seus impactos, ainda que possamos encontrar pistas do quão significativas sua presença ou ausência podem ser (PESSOA, MENDONÇA; 2021). Como uma ampliação desse conceito, a acessibilidade amorosa, por sua vez,

nos conduziria para um conjunto de relações nas quais a presença dos corpos com deficiência seria capaz de despertar afetações que tornem o enlevo possível entre corpos diversos; um acesso ao outro em condições abstratas, concretas, legais e pragmáticas que abram possibilidades de encontros não demarcados por uma diferença estereotipada. A ideia aqui não é uma definição utópica, mas localizar a problemática da acessibilidade amorosa. A nosso ver, em contexto específico do Brasil, a acessibilidade amorosa estaria ancorada do ponto de vista legal, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa

com Deficiência, que garante o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio e à privacidade. (PESSOA: SILVA, p. 35)

5.3 COMO CRIAR PRODUTOS COMUNICACIONAIS ACESSÍVEIS? DESIGN CENTRADO NO USUÁRIO

A criação de um produto ou serviço pode ter motivações diversas e se deixar guiar por uma série de modelos, práticas e roteiros que se orientam para a consecução de determinados objetivos. Sabendo que o paradigma informacional, transmissionista da comunicação, já foi, há um bom tempo, superado em favor de uma perspectiva relacional, que coloca os sujeitos em interação é preciso então incorporar a discussão sobre design centrado na experiência do usuário e sua relação com a acessibilidade e design universal.

O conceito de desenvolvimento inclusivo parte de um enfoque que coloca os indivíduos no centro dos processos de desenvolvimento. Tanto o UX quanto o Design de Experiência e a Experiência Centrada no Usuário têm em comum o foco no usuário. Assim, a experiência dele se torna central para a criação de produtos e serviços. Tradicionalmente, existem as noções de usuário líder, participante e aquele com demandas e necessidades não reconhecidas. Dessa forma, o design, em diálogo com a perspectiva de desenho universal, deve ser útil e comercializável a pessoas com habilidades diferenciadas, de maneira a atender uma ampla gama de indivíduos, preferências e habilidades.

Outra característica de convergência entre as noções de design universal e experiência do usuário é o uso simples e intuitivo, que pode ser realizado por qualquer pessoa independentemente de sua formação,

experiência ou capacidade de concentração. A comunicação deve ser eficaz, também, independentemente das condições ambientais ou capacidades sensoriais dos sujeitos. Para tanto, é necessário que o design minimize o risco e as consequências adversas de ações involuntárias ou imprevistas por parte do usuário e de qualquer pessoa. Além disso, o design deve ser utilizado de forma eficiente e confortável, com um nível mínimo de esforço, e precisa oferecer espaços e dimensões apropriados para interação, alcance, manipulação e uso previstos independentemente do tamanho, postura ou mobilidade do usuário.

Um aprendizado importante que adquirimos ao longo das pesquisas e experiências empíricas é que os projetos educacionais e de comunicação devem incluir este tipo de proposta já na sua concepção, perfazendo todo o caminho do planejamento até a execução. Deve-se pensar em acessibilidade desde o início de cada projeto e não deixá-la em segundo plano para posterior adaptações, o que torna o processo mais longo, difícil e com maiores custos.

Em encontro virtual realizado pelo projeto “Comunicação, Educação e Acessibilidade: Rodas de conversa com docentes, discentes e técnicos administrativos em educação”, encabeçado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com Afetos, o Núcleo de Acolhimento e Diálogo da FAFICH (NAD), a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, a Diretoria de Governança Institucional e o Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas, Camila Alves Mantovani professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG explicou

como o conceito de desenho universal pode ser aplicado para práticas de acessibilidade².

"A ideia é trabalhar esse tema do desenho universal, porque ele é um conceito que foi desenvolvido para arquitetos, engenheiros e urbanistas na área de desenho industrial. Mas é um conceito muito interessante que pode ser aplicado para a concepção de quaisquer atividades, inclusive para projetos e programas de desenvolvimento. E se ele tem essa maleabilidade de se colocar em várias áreas do conhecimento, em várias práticas profissionais, a gente tem pensado e discutido lá no Afetos por que não trabalhar a perspectiva do desenho universal dentro da sala de aula? Como uma metodologia para a gente começar a pensar e desenvolver estratégias pedagógicas que sejam mais inclusivas.

É uma ideia que vem dessa perspectiva do design que nada mais é do que colocar o sujeito que vai fazer o uso daquele produto ou serviço que estou desenvolvendo no centro do desenvolvimento. E para isso eu preciso criar estratégias que permitam um diálogo constante com esse usuário e não só no fim, na entrega do projeto, quando ele já está terminando e eu vou checar se está funcionando e não está. Essa perspectiva já é uma premissa do Afetos. A gente sempre tenta se colocar não como um grupo que pesquisa pessoas com deficiência, mas um grupo que tem pesquisadores com deficiência. Não apenas como objetos de estudo, mas que também eles possam formular as perguntas, as hipóteses. Isso é muito importante.

Quando vamos pensar na criação de estratégias pedagógicas para uma disciplina (pensando muito no contexto da sala de aula), já imaginamos algumas coisas. A gente já tenta se colocar no lugar do aluno para planejar. Isso é um processo natural na comunicação e em todo o processo de

² Disponível em <https://youtu.be/lc5SWZl0Xak>

interação, de sociabilidade. Estamos sempre pensando nesse possível interlocutor que vai dialogar com a gente em determinados contextos específicos.

Por exemplo, em algumas universidades, como na UFMG, a gente recebe um material do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão) sinalizando se há algum aluno ou aluna com deficiência em sala de aula e apontando algumas estratégias para que a gente possa construir a nossa metodologia... Pensar o que vamos trabalhar em sala de aula, com quais artifícios ou dispositivos poderemos contar. Mas também tem uma perspectiva que é do contato, né? Então, essa perspectiva do design centrado no usuário sempre traz uma ideia de que primeiro eu preciso conhecer e para conhecer eu preciso me colocar numa postura de abertura, de troca. Mas eu preciso tanto da disposição desse sujeito que está querendo conhecer para criar estratégias acessíveis e também, do outro lado, eu preciso desse sujeito disposto a me contar, a me falar. É sempre uma troca.

A dinâmica do protagonismo também precisa vir com uma certa abertura de criar condições para que essa demanda seja efetiva. Porque existe um risco quando a gente pergunta o que o aluno gostaria. A gente também tem que estar preparado para receber essa resposta e conseguir atender. É aí que está o desafio, porque quando a gente pergunta, muitas vezes, não sabe o que vai vir. Se fica só a cargo do professor pensar nessa solução, atender e resolver, talvez isso vire um peso e a gente não consiga. Se a gente tornar esse processo um processo de corresponsabilidade entre todos na sala de aula — ou seja, eu faço essa proposição mas também me desloco para ajudar a criar essa solução — aí a coisa fica mais interessante, porque fica uma construção coletiva que inclui os alunos com e sem deficiência que estão participando na sala de aula.

Porque a ideia do design é criar esse engajamento, buscar uma solução comum que crie um espaço para que todas e todos se sintam incluídos nesse ambiente, para que possam participar e aprender. Um pressuposto do Design Universal é “equiparação nas possibilidades de utilização”. O design deve ser útil e comercializável a pessoas com habilidades diferenciadas.

Se eu começar a fazer qualquer produto — campanha, jornal, comunicação institucional etc — eu tenho que pensar que ele tem que sair acessível. É um valor que tem que acompanhar, não pode ser depois. Levar isso para os alunos, desde os períodos iniciais. Acho que é o desafio, ter isso como base, pano de fundo, e não como uma disciplina que está deslocada na nossa grade de ensino.

A ideia de se perguntar quem são os usuários, quem são as pessoas que vão utilizar esse determinado produto ou serviço, nós já colocamos em prática. A gente já se pergunta, ainda que de forma intuitiva, porque tá aí colocado no fazer do professor. Às vezes ele nem percebe. Mas essa é a primeira pergunta.

Depois a gente se pergunta sobre quais são as atividades e os objetivos desse usuário quando ele vem pra sala de aula. Quando a gente coloca lá os objetivos da disciplina e como a gente vai desenvolver essas atividades, a gente de certa maneira também está fazendo um exercício de design centrado no usuário. Já estamos tentando responder como que esses alunos já desenvolvem determinadas atividades de aprendizagem, estratégias de estudo de ensino que são utilizadas, se podem ser compartilhadas entre os alunos ou não... É uma coisa que às vezes a gente conversa pouco na sala de aula, mas às vezes é bom perguntar: “gente, como é que vocês gostam de estudar essa matéria e como é que vocês não aprendem?” “Vocês costumam fazer mais individualmente ou coletivamente?”

A gente sempre tem uma experiência prévia com produtos que são similares. E aí, no caso desse aluno, como é que foi a experiência dele que pode trazer bloqueios com determinados conteúdos e formas de aprendizado em sala de aula ou então podem vir com informações interessantes para a gente poder pensar a nossa estratégia na sala de aula.

Depois, que tipo de demanda existe em relação a disciplina? Qual é a expectativa em relação a esse conteúdo de aprendizagem? O que o aluno viu, leu, imaginou? O que ele espera que vá se concretizar? Será que a gente consegue afinar as expectativas? Muitas vezes existe uma ementa muito sedutora, com um objetivo... E às vezes a gente precisa afinar essas expectativas.

E depois, a gente também vai pensando em algumas estratégias que estão colocadas para ajudar esse sujeito na compreensão daquele conteúdo, daquela ação, daquela forma".

5.3.1 PRODUTOS DIGITAIS ACESSÍVEIS

A acessibilidade na Web é uma questão de boa prática. Ela é projetada de modo que todos consigam navegar e contribuir com os conteúdos de maneira autônoma. Com algumas dicas de alterações simples e mais imediatas é possível tornar o site acessível a todos. Reunimos aqui algumas informações que podem colaborar para a produção de produtos midiáticos em ambientes Web. Tomamos como referência a versão 3.1 do eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. A versão especializada do documento internacional da *Web Content Accessibility Guidelines: Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG)* foi criada pelo governo brasileiro para nortear o

desenvolvimento e a adaptação de conteúdos digitais de forma a garantir o acesso inclusivo. Também tivemos como base as recomendações para conteúdo acessível na web publicadas no World Wide Web Consortium (W3C), organização internacional que trabalha para padronizar a criação e a interpretação de conteúdos para a World Wide Web.

Para quem vai desenvolver um conteúdo na Web, é importante considerar que os internautas podem apresentar tanto limitações visuais, auditivas e físicas quanto relacionadas à memória, resolução de problemas, atenção, compreensão verbal, leitura e linguística, além de compreensão matemática, entre outras. Também é preciso considerar que as pessoas com deficiência visual utilizam o leitor de telas para a navegação. Um leitor de tela é um software que, interagindo com o sistema operacional do computador, captura toda e qualquer informação apresentada na forma de texto e a transforma em uma resposta falada, utilizando um sintetizador de voz. Assim, o usuário pode ouvir tudo o que é mostrado conforme navega pelo sistema ou utiliza os comandos do programa. Confirmam o depoimento de Romerito Nascimento, servidor público federal, membro da equipe do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG, pessoa com deficiência visual.

"Eu navego bastante na internet, tenho uma facilidade com essa ferramenta, com o computador e utilização das várias plataformas de navegação. Digo que tem sido mais tranquilo ultimamente navegar na internet, no que diz respeito à navegabilidade mesmo do site. Acho que os sites têm melhorado um pouco sua forma de construção para que fiquem mais acessíveis e em contrapartida, também, os leitores de tela que a gente

utiliza têm sido mais eficazes em burlar aquilo que era inacessível e conseguir decodificar mais informações. No entanto, ainda existem algumas barreiras, principalmente do ponto de vista da organização dos sites - e isso tem a ver com a apresentação da informação. Essa apresentação pode ser que prejudique, porque a gente ainda não consegue encontrar a informação depois de clicar em um link, só utilizando muito os leitores de tela. Às vezes essas informações abrem muito longe de onde você clicou ou vão para o final da página, ou para outro lado da página, então isso prejudica um pouco. Ainda há uma grande dificuldade de descrição das imagens, mínimas descrições de uma imagem, principalmente aquelas imagens que são essenciais para o entendimento da informação. Então isso ainda é um problema. Ainda se utiliza bastante aqueles códigos de verificação que normalmente são visuais e esse tipo de código atrapalha bastante na hora de fazer alguma interação, principalmente com sistemas que exigem uma autenticação. E aí para barrar uma máquina, ou alguma coisa assim, eles colocam esse sistema de verificação que chamam de captcha, e esses captchas muitas vezes não são acessíveis. A estratégia que eles encontram para fazer isso, colocando o áudio, também não é favorável, porque muitos desses áudios são áudios misturados, ou seja, têm outros ruídos no fundo, isso atrapalha bastante. E além de tudo ainda tem o fato de serem colocadas informações nos áudios em inglês, o que dificulta de novo, porque se você tem ruído e inglês, outra língua, ou seja, atrapalha o entendimento da informação. Então existem hoje informações e formas mais simples de lidar com o barramento de máquinas que acessam sistemas - de robôs que acessam sistemas - mas isso ainda não foi implementado por muitos dos

sites, inclusive sites de plataformas muito famosas. Então essas são as facilidades e as grandes dificuldades que tenho para a navegabilidade".

5.3.2 ÁUDIOS

Como tornar mais acessível a publicação de áudios na internet para pessoas com deficiência?

- O áudio deve possuir uma transcrição descritiva (em texto, Braille e Libras)
- Deve ser fornecido um mecanismo para parar, pausar, silenciar ou ajustar o volume de qualquer som que se reproduza na página.
- O áudio precisa ser bem gravado e editado, sem “espalhar” vozes para a esquerda e a direita, principalmente para o caso de ouvintes com Transtorno do Processamento Sensorial (TPS), como é o caso de muitos autistas.
- A pauta precisa ter objetividade, o que não significa cortar brincadeiras ou dinâmicas, mas evitar uma fuga recorrente do tema.
- A trilha sonora deve ambientar e ritmar o episódio, sem ser mal equilibrada ou destoante da discussão.
- Considerar o recurso de audiodescrição.
- Evitar ruídos que possam prejudicar a escuta, sem desvalorizar a paisagem sonora necessária para algumas produções.
- Evitar falas sobrepostas, que possam dificultar a identificação dos falantes e do próprio conteúdo.

Exemplo:

Em um podcast, um pesquisador do grupo Afetos dá dicas de filmes que abordam o tema da acessibilidade. Como o arquivo está disponível em áudio, deve ser fornecido um link para um outro arquivo com alternativa em texto, logo após o conteúdo em áudio. O depoimento a

seguir é de Juliana Aquino, graduada em Letras, estudante de Educação Física pela UFMG e ex bolsista do Grupo Afetos, pessoa com deficiência intelectual e mobilidade reduzida.

"Na maioria das vezes faço uso do som e da imagem para me desenvolver e compreender melhor o mundo à minha volta, pois sou pessoa com deficiência intelectual. O uso do áudio é importante porque contribui muito para que as informações sejam captadas pelo cérebro de uma forma mais clara e objetiva, ficando mais prática a absorção e assimilação dos conteúdos, e tornando mais fácil a execução dos objetivos propostos. Os estímulos sonoros são captados facilmente pelo cérebro, sendo de grande ajuda no desenvolvimento não somente de pessoas com alguma deficiência visual, mas também daqueles que tenham algum tipo de déficit intelectual. Isso se dá devido ao fato do cérebro conseguir codificar mais espontaneamente através do áudio, além de o áudio estimular muito mais a atenção e concentração física e mental do indivíduo".

5.3.3 IMAGENS

Como facilitar a acessibilidade das imagens na internet? Fotos, gráficos, organogramas, ilustrações, imagens que substituem botões ou links podem ser lidos por todos?

Primeiramente, as imagens devem ser consideradas sob dois aspectos: imagens com conteúdo e imagens decorativas.

Imagens com conteúdo: As imagens que apresentam conteúdo precisam de uma descrição. A descrição da imagem pode ser informada no próprio texto ou através de um atributo específico do elemento img

no HTML, o atributo **alt**. A descrição fornecida através deste atributo não aparece visualmente, mas é lida pelo leitor de tela quando o usuário, navegando pelo teclado, passar pela imagem. Assim, mesmo que os usuários com deficiência visual não enxerguem a imagem, lhes será informada a sua descrição.

Imagens decorativas: As imagens decorativas, aquelas que não apresentam conteúdo, podem ser ignoradas pelos recursos de tecnologia assistiva (de solução específica), ou seja, o ideal é que os leitores de tela ignorem a presença dessas imagens, já que elas não são essenciais. Para que isso ocorra, a maneira mais indicada é **inserir todas as imagens decorativas através das folhas de estilo (CSS)**. Como alternativa, pode-se deixar o conteúdo do atributo alt vazio (`alt=""`), para que a imagem seja ignorada pelos leitores de tela.

Dicas de boas práticas:

- Título da imagem deve ser grande
- Descrição da imagem e explicação dela devem vir acompanhadas de um texto em braille
- Cores “fortes ou fracas” dependendo da informação da imagem.
- Imagens mais complexas, como gráficos, exigem uma descrição mais detalhada. Nestes casos, deve-se fornecer, além do alt, a descrição no próprio contexto ou um link para a descrição longa logo após a imagem.

Dicas para descrição de imagens:

- Ao descrever as imagens, colocar a hashtag #paracegover #ParaTodosVerem.
- É importante anunciar o tipo de imagem, se é uma fotografia, um cartaz, uma ilustração

- A ordem da descrição deve ser da esquerda para a direita, de cima para baixo, seguindo a ordem de escrita e leitura ocidental.
- As cores têm que ser informadas: Fotografia em tons de cinza, em tons de sépia, em branco e preto (se a foto for colorida, não precisa informar “fotografia colorida”, porque você vai dizer as cores dos elementos da foto na descrição e a indicação ficará redundante. Se você já vai dizer que a moça está de casaco vermelho, ao lado de flores amarelas, não preciso dizer que a foto é colorida)
- É importante descrever todos os elementos de um determinado ponto da foto e só depois passar para o próximo ponto, criando uma sequência lógica.
- Utilizar períodos curtos e ser sucinto na descrição. O que pode ser dito com três palavras, não precisa usar cinco, por exemplo.
- Dê preferência, começar pelos elementos menos importantes, contextualizando a cena, e ir afinilando até chegar ao ponto chave da imagem.
- Deve-se evitar o uso de adjetivos. A pessoa com deficiência deve poder decidir, a partir da descrição feita, se a imagem descrita é bonita ou feia.
- É bom anunciar o fim da descrição.

FIG 18 - Fotografia da turma da disciplina "Mídia, Deficiência, Corpo e Acessibilidade" na Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, ministrada no segundo semestre de 2018 pelas professoras Sônia Caldas Pessoa e Camila Mantovani



Fonte: Arquivo pessoal

#ParaTodosVerem #TimelineAcessível

Descrição da imagem: Fotografia colorida de alunos e alunas reunidos com as professoras Sônia e Camila ao ar livre, em dia claro. Há cangas abertas em um gramado curto e verde escuro, há seis pessoas sentadas no chão, uma pessoa está de pé ao lado de um cadeirante e uma pessoa está deitada. Todos sorriem em pose para a foto. Atrás deles há plantas com folhagens diversas e ao fundo há uma parede bege com janelas. Fim da descrição.

A norma da ABNT que orienta sobre as formas que as imagens e sons devem ser acessíveis. pode ser acessada no link a seguir:

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/ABNT_NBR_9050_2015.pdf

"O uso da imagem pra mim também é muito importante e contribui muito para o meu desenvolvimento, pois através dela fica mais fácil ligar fatos aos objetos tornando o abstrato em concreto. Assim facilitando e estimulando o raciocínio. Pois com o seu uso conseguimos fazer uma melhor correlação aos fatos concretos" (Juliana Aquino, estudante com deficiência intelectual e mobilidade reduzida).

5.3.4 ARQUIVOS DIGITAIS (PDF, WORD, POWERPOINT)

Como um texto em PDF pode ser acessível?

Os documentos em PDF são utilizados como alternativas a determinados meios de comunicação presentes num site: transcrição de um vídeo ou uma animação (visual ou sonora), conjunto de dados normalmente fornecidos por um mapa interativo etc. Um PDF é acessível quando os conteúdos são compreensíveis para todos. Algumas dicas para um PDF acessível:

- A cor de qualquer imagem deve ser bem forte para permitir a uma pessoa daltônica ler a imagem.
- A informação tem que ser visível, de tamanho maior e com cores
- Itens como links, resumos e marcadores são considerados complexos. Os links não notificados devem ser ativados para facilitar a navegação das pessoas cegas. Além disso, os elementos ativos facilitam a navegação de pessoas com mobilidade reduzida: eles podem acessar facilmente as páginas usando a navegação pelo teclado.

Segundo o Manual de Acessibilidade Digital em Documentos Digitais, primeiramente, você tem que criar seu documento no **Word, PowerPoint e Excel (ou Docs, Sheets e Google Slides)** e depois salvar os documentos do Microsoft Office ou Google em PDF: O Microsoft Office 2010, já vem com opção salvar em PDF disponível por padrão. Segue este exemplo em baixo.

Opção para salvar em PDF no Microsoft Office 2010

Após selecionar a opção para salvar em PDF, clique no botão Opções. Outra caixa será aberta, contendo várias opções, dentre elas o item “Marcas estruturais do documento para acessibilidade”. Essa opção faz com que a estrutura do documento seja preservada na conversão para PDF, mantendo sua acessibilidade. Verifique se este item está marcado. Normalmente, ele vem marcado por padrão, mas sempre é importante fazer essa verificação. Ao finalizar, basta clicar em OK e salvar o documento.

Botão Opções do PDF no Microsoft Office 2007

No Office 2007, é preciso instalar um Add-in gratuito, o “Microsoft Save as PDF”. O download deste aplicativo pode ser feito no link a seguir: <https://www.microsoft.com/pt-br/download/details.aspx?id=7>.

Quando a instalação estiver concluída, a opção de “Salvar como PDF ou XPS” já estará disponível no item “Salvar como” dos programas do Microsoft Office 2007.

Salvando documentos do LibreOffice em PDF

Fonte: Manual de Acessibilidade Digital em Documentos Digitais

Os aplicativos do LibreOffice também oferecem a opção de exportar um documento para o formato PDF. Para salvar como PDF, clique na guia de menu “Arquivo”, e em seguida na opção “Exportar como PDF”.

Opção Exportar como PDF do LibreOffice

Na janela seguinte, “Opções do PDF”, é preciso verificar se as opções “PDF marcado” e “Exportar marcadores” estão selecionadas (normalmente, elas já estão marcadas por padrão). Estas opções garantem que as marcas do documento sejam mantidas, fazendo com que o arquivo gerado tenha uma estrutura lógica e seja um PDF acessível. Ao finalizar a configuração de opções, clique em “Exportar” e depois em “Salvar”.

Como criar um documento acessível no word?

O Microsoft é a ferramenta de edição de textos mais utilizada do mercado. A seguir, algumas dicas para que o documento seja mais acessível:

- Adicionar texto alternativo a imagens e objetos
- Especificar linhas do cabeçalho da coluna em tabelas
- Usar estilos em documentos longos
- Usar frases curtas em títulos
- Garantir que todos os estilos do título estejam na ordem correta
- Usar texto de hiperlink que seja significativo
- Usar estrutura de tabela simples

- Evitar o uso de células vazias para formatação
- Evitar o uso de caracteres em branco repetidos
- Evite usar texto em imagens como único método de transmitir informações importantes. Se você tiver que usar uma imagem que contenha texto, repita esse texto no documento. No texto alternativo (texto Alt), descreva de forma breve a imagem e mencione a existência do texto e sua finalidade. Um texto Alt ajuda as pessoas que não conseguem ver a tela a entender o que é importante em imagens e outros elementos visuais (mais informações podem ser acessadas no Manual de Acessibilidade Digital em Documentos Digitais).

Como descrever as imagens no word?

A descrição de uma imagem pode ser fornecida de três maneiras: inserindo-se a descrição na caixa de texto, descrevendo-a na legenda da figura ou no próprio contexto. A seguir, vamos descobrir como funcionam essas três formas de descrever uma imagem.

A descrição na caixa de texto (texto Alt): o texto inserido na caixa de texto é lido pelo leitor de tela quando o usuário passa pela imagem, mas não fica visível na tela. Para que seja possível que o leitor passe pela imagem durante a navegação, ela precisa estar alinhada ao texto. Veja a seguir como inserir a descrição na caixa de texto:

- Selecione a imagem, vá até a opção Formatar da barra de menu, selecione o item Imagem; na caixa de formatação de imagem, escolha a aba Web (ou, clique com o botão direito sobre a imagem; escolha a opção Formatar Imagem; escolha a aba Web). Na caixa de Texto você deverá digitar a descrição da imagem. Quando finalizar, escolha a opção OK.

Como criar uma apresentação mais acessível no Powerpoint?

Para criar apresentações acessíveis em PowerPoint, utilize sempre as opções de layout já disponíveis no programa ao invés de inserir caixas de texto ou outros elementos em uma área ainda não definida. Os recursos de Tecnologia Assistiva nem sempre conseguem interagir com o conteúdo textual inserido em uma caixa de texto. Além disso, a ordem de leitura do conteúdo pode não fazer sentido.

- Ao inserir um novo slide, é possível escolher um dos layouts disponíveis. Se desejar trocar o layout do slide, basta clicar em layout e escolher outra opção.
- Utilize os elementos apropriados para o propósito do seu conteúdo (título para o título principal, subtítulo para título secundário, parágrafo para texto etc. Para que os leitores de tela interpretem um conteúdo como sendo o título, ele precisa ter sido inserido como título e não como texto simples. O mesmo ocorre para listas (numeradas ou não), subtítulos, parágrafos etc.
- É importante deixar todas informações do slide bem organizadas; procure manter o tamanho recomendado para a fonte igual ou superior a 32 pontos em todo o documento, evitando colocar muito conteúdo em um único slide. Usuários com baixa visão poderão não conseguir ampliar suficientemente um texto originalmente muito pequeno.
- Selecione cores de fundo e de primeiro plano que sejam suficientemente contrastantes (bom contraste de cor e luminosidade). Um bom contraste entre o fundo e o primeiro plano é essencial para usuários com baixa visão ou com daltonismo.
- Evite utilizar GIFs animados sem necessidade. Animações podem distrair ou confundir usuários que utilizam leitores de tela, pessoas com dificuldade de concentração, com algum tipo de deficiência intelectual, entre outros.
- Ao inserir áudio ou vídeo, forneça também legendas ou uma transcrição textual do conteúdo. Além disso, é sempre desejável a alternativa em Libras. Serviço para inserir legenda: Usuários com deficiência auditiva necessitam de legendas, alternativa em texto ou Libras para terem acesso ao conteúdo em

áudio. Pessoas com dificuldades de aprendizagem também se beneficiam de alternativas textuais.

- Documentos acessíveis como gráficos, mapas, organogramas e outras figuras complexas: é necessária, muitas vezes, uma descrição mais detalhada, além do texto Alt. Nesse caso, é preciso fornecer a descrição detalhada no próprio slide ou em um slide posterior. Os leitores de tela não têm como transmitir o conteúdo de uma imagem complexa para o usuário.

Mais informações sobre acessibilidade Digital podem ser encontradas no Manual de Acessibilidade Digital em Documentos Digitais.³

“Primeiramente, o pdf tem que ser em formato de texto, se não o leitor de tela não vai reconhecer. Quando o texto está em duas colunas, dificulta um pouco a leitura. Isso porque, às vezes, a tela do leitor lê uma linha de uma coluna e outra linha da outra coluna. Não consegue ler uma coluna e depois outra. Então, por isso, é melhor colocar o texto sem colunas. Quando o texto é mais linear, sem coluna e quebra de texto, isso permite que o texto seja mais acessível. Para as imagens, é bom ter uma descrição sobre o que se está falando. Exemplo: quando estou lendo um texto que tem imagem, ignoro porque não tem nada de descrição. Às vezes, só quando cheguei na aula e os professores comentaram sobre a imagem, é que tenho uma ideia. Então, é bom ter uma descrição da imagem. E a pessoa tem que passar as informações relevantes dessa imagem para permitir que as pessoas entendam a mensagem. Outro ponto importante: o leitor não lê cabeçalho e isso é um problema. No caso, estou falando mais de artigo acadêmico”, afirma Miryã

³ Disponível em: <http://cta.ifrs.edu.br/files/doc/275485165d384af74ab13ccbf139ee6.pdf>

Carvalho, pessoa com deficiência visual, aluna de pedagogia da UFMG, em 2018.

5.3.5 AUDIOVISUAL

Acessibilidade audiovisual é garantir que os conteúdos de obras audiovisuais, como filmes e séries, sejam compreendidos por todas as pessoas, incluindo pessoas com deficiência.

Como tornar mais acessíveis as produções audiovisuais?

- Em primeiro lugar, é necessário que haja profissionais competentes para a realização desse tipo de trabalho, pois tais recursos, para serem bem feitos, exigem, além das questões técnicas, sensibilidade artística para que os produtos finais garantam a experiência estética dos usuários.
- Considerar a participação de profissionais com deficiência na realização do filme, em especial na produção.
- Oferecer os recursos de acessibilidade disponíveis, ou seja, modalidades de tradução audiovisual.

Quais são as modalidades de tradução audiovisual acessível?

→ Audiodescrição (AD)

A audiodescrição é uma modalidade de tradução audiovisual, que visa tornar uma produção audiovisual acessível às pessoas com deficiência visual. Trata-se de uma locução adicional roteirizada que descreve ações, linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens, ajudando

não só na compreensão do que é mostrado e dito como também nos possíveis significados de cada gesto e contexto de atuação e ambientação..

→ Janela de Interpretação de Língua de Sinais

É o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), no qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, no canto inferior direito da tela, exibido simultaneamente à programação.

→ Legendagem para pessoas que nasceram surdas ou perderam a audição (LSE)

É a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público que nasceu surdo ou perdeu a audição, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário.

Os principais pontos a serem respeitados quanto à audiodescrição são:

- Elaboração de roteiros que considerem todos os detalhes importantes de informação;

- Atenção às inserções das unidades descritivas, pois a narração é colocada preferencialmente entre os diálogos e sem interferência nos efeitos musicais e sonoros;
- A narração deve ser fluida, não monótona e não neutra. Deve compor imagens sem esquecer do significado delas. Se é um filme de ação, por exemplo, a narração deve ter um ritmo que passe essa sensação de agilidade;
- No caso de produtos audiovisuais destinados ao público infantil, a locução deve se aproximar do lúdico;
- No caso de programas ao vivo, a audiodescrição também será ao vivo, mas o audiodescritor deve elaborar um pré-roteiro e estar inteirado de todas as informações do programa.
- Deve-se atentar para uma linguagem objetiva, com frases de períodos simples, sucintas, porém vívidas e imaginativas, procurando adequar-se à poética e à estética do produto audiovisual.
- Os adjetivos descritivos e não avaliativos são muito importantes na audiodescrição, pois tornam cenas, ações, características dos personagens e ambientes mais claros para o espectador. Eles devem expressar estados de humor e de emoções condizentes com o proposto pela obra sem valoração subjetiva por parte do audiodescritor.
- É fundamental que o audiodescritor tenha conhecimento de estética do audiovisual e de linguagem cinematográfica, para entender quais são as suas funções na narrativa e, assim, transpô-las para a audiodescrição.
- Na descrição dos atributos físicos de um personagem é recomendável a seguinte sequência: gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, olhos, cabelos e demais características marcantes. São descritos à medida que contribuem para a composição do personagem e da cena.
- Quanto aos figurinos, é preciso começar pelas peças maiores e pela parte superior para depois passar para as menores e acessórios.

- Não é necessário descrever o figurino de todos os personagens em todas as cenas, pois o excesso de informação torna a audiodescrição cansativa e tira o foco do ponto principal.
- Quanto aos cenários, é preciso descrever os elementos mais essenciais para caracterização dos ambientes, de acordo com sua importância para a compreensão da obra.
- É necessário localizar sempre os ambientes, dizer que o personagem volta a um determinado lugar em que já esteve; deixar claro caso um mesmo ambiente tenha sofrido alterações e descrever quais foram elas. A mudança de tempo também deverá ser anunciada logo que aconteça.

Você sabia? A audiodescrição fechada é aquela ouvida apenas pelo usuário sem que haja qualquer interferência na recepção do filme para o público em geral. Atualmente, existem dois modelos de exibição da audiodescrição fechada nas salas de cinema.

Um dos modelos é a exibição via frequência FM (semelhante ao de tradução simultânea), que pode ser usada tanto em uma sala digital quanto analógica. O outro modelo é para o caso de o filme ser analógico, sendo a audiodescrição exibida ao vivo. O audiodescritor narrador fica isolado em uma cabine, o microfone é conectado ao aparelho transmissor que envia o conteúdo para os receptores com fones de ouvido.

Alguns cuidados devem ser tomados, como:

- O espaço da janela deve ser preservado sem que haja qualquer interrupção ou encobrimento por parte de imagens ou legenda;
- A posição da janela, a iluminação, o plano de fundo da área de tradução, o enquadramento e vestuário do intérprete, entre outros detalhes, são todos definidos segundo padrões normativos.

Quanto à legenda para as pessoas que nasceram surdas ou perderam audição ao longo da vida (LSE), importante saber que:

- Ela não segue o padrão das legendas para ouvintes, sendo elaborada de maneira um tanto diferente.
- No que diz respeito às questões técnicas, o guia orientador para acessibilidade em produções audiovisuais (ALVES et alii, 2015) discute número de linhas, a velocidade, o formato, a marcação (início e final das legendas), a duração, as convenções e a posição das legendas, parâmetros característicos de qualquer tipo de legenda, e outros parâmetros que são específicos da LSE, como tradução de efeitos sonoros e a identificação dos falantes.
- Para possibilitar ao espectador a harmonia entre imagem e legenda é necessário, além de atender a parâmetros técnicos, fazer edições linguísticas e atentar às questões tradutórias. As tradutórias operacionalizam o que é técnico e linguístico.

SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO

Em encontro virtual realizado pelo projeto “Comunicação, Educação e Acessibilidade: Rodas de conversa com docentes, discentes e técnicos administrativos em educação”, encabeçado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com Afetos, o Núcleo de Acolhimento e Diálogo da FAFICH (NAD), a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, a Diretoria de Governança Institucional e o Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas, Flávia Mayer, professora da Universidade Federal da Paraíba, deu um depoimento sobre

audiodescrição e uso de imagens em sala de aula com estudantes com deficiência visual⁴.

*"Hoje não existe pensar em acessibilidade **para** ninguém. A gente constrói junto, de uma forma estruturada e integrada.*

*É interessante trazer essas discussões porque quando a gente às vezes lida com um aluno com deficiência visual, a gente acha que a gente tá lidando com alguém que é extremamente diferente e o que quero trazer aqui é que essa pessoa **apenas** não enxerga. E é apenas mesmo. Em termos de desenvolvimento cognitivo, experiências, trocas sociais, ela é exatamente como todo ser humano. Então, naturalizar a diferença dentro de uma lógica de diversidade do espectro e da diversidade humana é muito importante pra gente pensar as discussões aqui hoje.*

Eu dou aula para o curso de cinema. Não posso abrir mão de passar filmes, por exemplo. Tenho que ambientar o meu aluno com deficiência visual na lógica cinematográfica. Esse é o meu papel como docente. Não vou abrir mão disso. A gente não tem que ter medo da disciplina que a gente dá e relativizar o conteúdo por conta disso. É pensar efetivamente no que é possível construir junto com esse aluno e com a turma para que o conteúdo seja ministrado. Mas que a gente possa construir isso numa lógica acessível. A gente tem vários profissionais que têm deficiência visual e estão no mercado de trabalho, ligados ao cinema e ao audiovisual, à fotografia. Mesmo como consultores de audiodescrição, porque o consultor de audiodescrição tem que saber de cinema.

A audiodescrição pode ser pensada como uma ferramenta que gera acessibilidade à imagem quando descrevo detalhes visuais importantes como cenário, figurino, movimentos, descrevo questões de espaço, de tempo,

⁴ Disponível em <https://youtu.be/pwazfop80pk>

mapas, gráficos, espaços públicos... Qualquer coisa da imagem pode ser descrita. Mas existe uma definição mais técnica da audiodescrição enquanto uma modalidade de produção. E aí estou pensando em uma tradução intersemiótica, ou seja, eu traduzo a imagem em torno de um outro padrão semiótico que pode ser verbal ou não verbal, como o sonoro ou braille. Mas você tem uma tradução da imagem numa modalidade semiótica que é acessível para a pessoa com deficiência.

Por que é importante marcar isso? Porque, se é uma tradução, eu tenho que entender que existem características desse produto que eu estou partindo, que é a imagem, que precisa estar presente nesse produto final. É claro que se eu falo isso, o professor que está ouvindo vai ficar um pouco intimidado: ‘Nossa! É uma coisa extremamente complexa’. ‘É uma tradução, tenho que ter uma competência tradutória, como eu vou fazer isso?’ Obviamente que se estou trabalhando no mercado, a gente vai ter um certo nível de conversa para isso. Mas pensando aqui no (como) receber o meu aluno com deficiência na minha sala, preciso entender ele como sujeito que é amplamente capaz de estar ali, que chegou não por acaso e que eu posso construir isso com ele.

Quando eu falo de deficiência visual, e aí eu estou falando de apenas uma deficiência, o espectro que existe — qual a acuidade visual desse aluno, se é baixa visão, se ele é cego congênito, se ele adquiriu, com qual idade, se ele tem memórias (visuais) ou não, qual o acesso dele aos equipamentos de acessibilidade... Tudo isso contribui para que eu possa estruturar a minha disciplina dentro de uma lógica que possa ser acessível. Então, acho que essa conversa é fundamental.

Mas acho que existem algumas dinâmicas que a gente pode pensar a partir do momento que sei que vou receber um aluno com deficiência visual na minha turma. A primeira é realmente a interação com esse aluno ou

aluna para entender melhor o que é realmente necessário. O que realmente gostariam em termos de acessibilidade? ‘Que você mandasse os textos para mim com antecedência e que ele sempre fosse em PDF’, ‘que o leitor de tela pudesse ler’... Não sei se todo mundo conhece, mas as pessoas com deficiência visual acessam computadores, leem textos, usam celular e WhatsApp por um software que lê as informações textuais. Mas se você tem, por exemplo, a foto de um texto, aquilo ali é uma imagem e ele não vai ler. Essas questões você vai afinando com com os alunos, vai entendendo o que seria uma dinâmica possível. Obviamente, se você vai passar materiais com vídeos, como por exemplo filmes, tente ver a possibilidade de serem filmes que já tenham audiodescrição.

E também pensar em avaliações que esse aluno ou aluna possa efetivamente ser incluído no processo. Porque o que a gente às vezes tem em algumas realidades é: “Não quero mudar meu sistema de avaliação e aí eu faço uma regra de três aqui porque você não vai conseguir fazer essa avaliação mesmo, né?” É uma desistência (por parte do professor) do aluno. E aí a gente perde a oportunidade de que a acessibilidade não é só para a pessoa com deficiência. Quando você reorganiza seus processos avaliativos, você tem mais chances de ter um processo mais rico do que se você estivesse mantendo só uma lógica que não é acessível.

Outras questões... Nem tudo que está na imagem é relevante, às vezes, a gente coloca ela como adereço e, ao audiodescrever esse adereço, você tira a atenção do que você está falando. Às vezes, ele está ali para compor o slide, para deixar visualmente interessante. Mas se ele tiver uma informação que efetivamente seja importante para compreensão do que você está falando — às vezes pode ser um equipamento, um mapa, um gráfico — aí você realmente tenta audiodescrever da melhor maneira que você puder.

Quando eu falo no audiodescrição da arte, por exemplo, filmes, a gente tem uma audiodescrição que é menos fechada em termos de processos de significação porque ela é arte. Eu não posso fechar em um único sentido para ela. Mas se estou na sala de aula, não posso deixar isso tão aberto, tenho que garantir que aquele conteúdo seja compreendido pelo aluno. Tenho que ser mais diretiva na minha audiodescrição. Obviamente, se estou numa avaliação fazendo a audiodescrição de um mapa, tenho que tomar cuidado para não dar a resposta para o aluno, mas eu tenho que fazer de uma forma que ele tenha condições de responder.

Obviamente, cada imagem vai demandar um tipo de estratégia. O que a gente vai falar aqui é um geral. A primeira coisa é começar a pensar que tipo de imagem a gente vai audiodescrever. Se é um mapa, se são gráficos, se são figuras, se é uma charge, um fluxograma, se é um equipamento... E também qual é o contexto que essas imagens estão inseridas, de onde você retirou? É importante o contexto que essa imagem está aparecendo, porque aí você também cria uma moldura onde essa imagem está sendo inserida, o que é também um detalhe importante.

E aí, é importante também pensar em como encadear as informações de uma maneira clara, que faça sentido. Sempre procuro começar com algo que é mais geral, as principais informações que essa imagem tem no contexto da discussão da aula. Às vezes a gente vai ter uma imagem que tem diversos detalhes e a gente não precisa entrar em todos, porque num contexto de sala de aula você tem que manter o foco do aluno. Se você vai em cada detalhe que está naquela imagem, você está dispersando por completo o objetivo da aula. E isso é algo que nem todos os audiodescritores vão concordar comigo, é aberto a crítica, mas eu como professora quando estou descrevendo uma imagem procuro realmente pensar o que nessa imagem é importante para o contexto específico em que estou falando.

E se a gente está falando para turma inteira, você desperta todos para esse foco, mesmo os que enxergam, muito mais do que se eles só tivessem vendo a imagem. Então, você também dá critério, conduz o olhar na sala de aula.

Outra coisa interessante é relacionar elementos. É muito mais fácil você localizar uma coisa que está ao lado da outra ou acima,. Você às vezes elenca um objeto e fala acima dele, abaixo, à esquerda, à direita... Isso também ajuda. Construir uma imagem que não seja um monte de coisa jogada ou espalhada.

E sempre tentar pensar que a acessibilidade não é só fazer audiodescrição. É a gente usar vocabulários acessíveis, ter clareza na linguagem, explicar ou explicitar termos técnicos.

Essas seriam dicas mais gerais".

“Há muito tempo não tinha a opção de legenda, eu assistia novela e televisão sem legenda. Então, entendia pelo contexto o que estava passando lá. Eu casei com 19 anos, muito jovem, casei uma pessoa que não sabia língua de sinais, eu também não conhecia a língua de sinais. Então sempre perguntava à pessoa que estava sentada próxima de mim sobre o que estava acontecendo na novela. Então a pessoa que estava sentada próxima de mim precisava ter paciência comigo, porque sempre fazia perguntas para saber o que estava acontecendo nas novelas e nos filmes. Eu sempre perguntava ao meu ex-marido o que estava acontecendo, por que as pessoas estavam rindo, o que as pessoas estavam falando, ele já sabia, eu não sabia o que estava acontecendo. Então, sempre usava a opção do meu marido, ele sempre fala comigo, espera um pouquinho, depois te conto, espera um pouco, até hoje ele não me contou o que estava acontecendo naqueles programas que a gente estava assistindo. Na Tv Globo existe uma canal na internet que dá para poder acessar, é um resumo da novela na internet. Então, li o resumo da

novela pela internet o que vai acontecer durante daquela semana e guardava aquela informação. Não tinha legenda na novela, mas entendia pelo contexto e pela leitura que já tinha feito antes. O filme é mais tranquilo porque tinha a opção de legenda para acompanhar. Eu gostava mais, por exemplo: eu não conseguia ver filme brasileiro porque não tinha opção de legenda, porque já é em português e não tinha essa opção. Então, não tinha afinidade com filmes brasileiros por causa disso. Eu tinha costume de ver filme americano, mexicano, filme de outros países por causa da opção de legenda. No YouTube uso mais para área profissional para colocar vídeos, alguma coisa do meu trabalho, mas entrar para assistir filmes é muito difícil. Uso mais para colocar atividades, vídeos e livros algumas coisas assim”. Michelle Andrea Murta, professora da Faculdade de Letras da UFMG, pessoa surda, entrevista realizada em 2018.

FIG 19- Michelle Andrea Murta, professora da Faculdade de Letras da UFMG, pessoa surda



Fonte: Imagem da terceira etapa do Projeto “Eu Existo e Me Movo”.

#Paratodosverem

Descrição da imagem: Acima temos a imagem da professora Michelle Murta, professora do curso de Letras da UFMG, ela usa camiseta preta com bolinhas em metal envolta da gola ,ela se encontra em uma sala com fundo branco e está sentada em uma cadeira atrás de uma mesa branca de madeira e sobre a mesa há um um monitor de computador preto com mouse e teclado preto ao lado deste computador encontra-se organizados alguns exemplares de livros. a professora Michelle faz uso da Libras língua de sinais usada pela comunidade de surdos para se comunicar pois a mesma é surda. Fim da descrição.

5.3.6 MÍDIA IMPRESSA

Cartazes, panfletos e outdoors estão em toda parte, especialmente para veiculação publicitária, mas não só. Também revistas, jornais e outros materiais impressos, embora tenham perdido espaço para o conteúdo da internet, ainda fazem parte da vida das pessoas, cotidianamente. Portanto, pensar em acessibilidade para esse tipo de produto também é importante.

- O conteúdo deve estar disponível em formato digital e sinalizado, na mídia impressa, em braille ou ter um Código QR para que seja acessado virtualmente. Assim, uma pessoa com deficiência visual poderá usar o leitor de telas para ter contato com o material.
- É necessário que a existência do Código QR seja sinalizada por meio do braille para ser identificado corretamente. No caso de cartaz, banner, outdoor, é

importante que a empresa disponibilize esse material na internet, com a hashtag “Para Todos Verem”.

- Pensando em outros tipos de deficiência, o conteúdo deve ser de fácil entendimento, objetivo e produzido com materiais que não sejam nocivos e que sejam tolerantes ao erro, ou seja, minimizem os riscos de acidentes.

A ABNT NBR15599, de 2008, estabelece que toda publicação literária deve estar disponível: a) em exemplares gravados em meio magnético (disquetes, CD etc.); ou b) em formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela, com as devidas proteções tecnológicas (codificação, cifragem ou outras). Os impressos em papel (jornais, revistas, livros, folhetos etc.) devem ter versão: a) sonora em formato magnético; ou b) digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela.

5.3.7 EVENTOS

ACESSIBILIDADE EM EVENTOS

Organizar um evento, seja social, palestra, curso ou qualquer outro requer muita dedicação e atenção. Planejar um evento acessível é oferecer uma experiência para todos. É buscar oferecer uma programação confortável e que faça os participantes se sentirem 100% parte dele. Para lhe ajudar a realizar essa tarefa, preparamos algumas dicas de como organizar um evento mais acessível e sem obstáculos, físicos e atitudinais. Se o evento tiver inscrição, é fundamental que haja campo para que as pessoas indiquem se são pessoas com deficiência e

qual a sua demanda. Esse cuidado também é válido para a alimentação disponível no evento

- **O local:** No momento de escolhê-lo, verifique se conta com a infraestrutura necessária. Por exemplo: que os acessos tenham entrada para pessoas que utilizam cadeira de rodas, muletas, andadores e outros equipamentos e que possam se locomover dentro do espaço do evento de forma independente; que conta com sanitários para pessoas com mobilidade reduzida, lugares reservados no estacionamento, e espaço com prioridade no setor de credenciamento, para pessoas que não possam ficar de pé por muito tempo. Reserve um espaço no auditório ou sala do evento para pessoas com cadeiras de rodas e outros equipamentos. Contrate um intérprete de Libras que poderá fazer a tradução para pessoas surdas.
- **A comida:** Planeje seu *coffee break*, coquetel, almoço ou jantar levando em consideração opções de alimentos com pouco açúcar, gorduras, e inclua no cardápio opções vegetarianas e sem glúten para que todos participantes possam se servir, incluindo aqueles que têm alergias ou restrições alimentares.
- **A sinalização:** Distribua pelo espaço cartazes ou placas com letras em tamanho legível, e inclua uma equipe que possa orientar os participantes para onde devem se dirigir. Além disso, considere contratar um sistema de alto-falantes para que as instruções e avisos sejam ouvidos em diferentes setores do evento.
- **Traslados:** Antes de tudo, informe-se sobre quais meios de transporte público chegam até o local do evento e, baseado nisso, confira se incluem serviços para pessoas com deficiência. Com essa informação, decida se serão contratados reforços ou se o espaço possui estacionamento. Se o evento for realizado em um espaço muito grande, ou em diferentes salões, combine o traslado entre os diferentes locais
- **Divulgação:** Inclua diferentes serviços que possam dar suporte à comunicação do evento, como gráficos, áudios, meios digitais e audiovisuais.

- **O palestrante com deficiência:** Combine os detalhes com o palestrante. Fique atento ao palco, se houver, verifique se será possível acesso em caso de uso de cadeira de rodas ou outros equipamentos. Providencie para que palestrante e demais convidados, em caso de composição de mesa, estejam no mesmo nível da sala. Confira se será necessário algum equipamento ou alguma tecnologia diferenciada. No caso de pessoas com deficiência intelectual e/ou sensorial, será necessário apurar as condições adequadas de som, iluminação, número de pessoas e outros estímulos que podem não ser adequados a elas. Certifique-se das necessidades a serem atendidas para que o palestrante se sinta confortável.
- **Orientações para os materiais usados nas palestras:** Lembre-se de orientar palestrantes e convidados para que usem materiais acessíveis, conforme descritos neste guia e em outras publicações. Ao falar, os palestrantes, convidados e público devem ser orientados para que o microfone não fique exatamente em frente à boca, impedindo a leitura labial de pessoas que precisam deste tipo de comunicação.

5.3.8 SINALIZAÇÃO

As formas de comunicação e sinalização que devem ser adotadas são:

- Visual: realizada através de textos ou figuras.
- Tátil: realizada através de caracteres em relevo, Braille ou figuras em relevo.
- Sonora: realizada através de recursos auditivos.

Caso o evento seja internacional e vá contar com a participação de pessoas de nacionalidades e idiomas diversos, é importante pesquisar a notação dos símbolos internacionais a serem utilizados para indicar a existência de equipamentos, serviços e mobiliário para pessoas com

deficiência e símbolos para sinalização de sanitários, circulação e comunicação.

A sinalização visual é dividida em quatro tipos: PERMANENTE, DIRECIONAL, DE EMERGÊNCIA e TEMPORÁRIA.

- Permanente: É a sinalização de um ambiente ou área cuja função está pré-determinada, pode também ser utilizada em objetos para indicar os comandos dos mesmos. Pode indicar também os diferentes elementos de uma edificação, como sanitários, escadas e salas de aula.
 - Direcional: É a sinalização utilizada para indicar direções de percursos ou distribuições espaciais dos elementos no edifício. São encontradas nas setas indicativas ou em textos, figuras e símbolos que cumprem a mesma função. Enquadram-se também as linhas-guias e piso tátil no caso de deficientes visuais.
 - De emergência: É a sinalização que indica rotas de fuga e saídas de emergência nas edificações e ambientes urbanos, assim como, identificação de perigos iminentes nos ambientes.
 - Temporária: É a sinalização utilizada para indicar informações temporárias e que podem ser modificadas com algum tipo de frequência.
-
- A sinalização deve ser feita de maneira direta, indicando somente uma mensagem, sem dar vazão a mais de uma interpretação. É preciso levar em conta pessoas com qualquer tipo de deficiência - visual, cognitiva, físico-motora - para que tenham acesso equânime ao local. Por isso, a sinalização por meios visuais se torna precária se não for trabalhada com a ajuda de meios táteis e sonoros.
 - No piso também é importante a sinalização tátil e visual (rota acessível). Pessoas com deficiência visual podem se deparar com situações de perigo ou obstáculos e, durante seus deslocamentos, utilizam informações táteis, bengalas de rastreamento ou a sola de seus sapatos. A sinalização tátil no piso

auxilia pessoas com deficiência visual a trafegarem sozinhas. Para tanto, ela deve ser consistente e ter um layout simples, lógico e de fácil decodificação.

- A sinalização tátil e visual no piso deve assegurar sua identificação por pessoas de baixa visão tanto quanto por pessoas cegas. Para esse propósito, os pisos devem ser facilmente detectáveis. Isto é conseguido pela aplicação de um mínimo de contraste de luminância (ΔLRV) entre os pisos e o pavimento adjacente (NBR 9050 -2015).
- Quanto aos detalhes de instalação, o piso tátil deve ser instalado perpendicularmente ao sentido de deslocamento, em cor e textura contrastantes com o restante do piso adjacente. Ele deve servir para indicar:
 - Rebaixamento de calçadas.
 - Obstáculos em balanço sobre o passeio.
 - Porta de elevadores.
 - Desníveis como vãos, plataformas de embarque/desembarque e palcos.
 - No início e término de escadas e rampas.

Todas as informações sobre sinalização são encontradas mais detalhadamente na norma da ABNT NBR 9050, que trata de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, estabelecendo critérios e parâmetros técnicos quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural.

A sinalização de lugares acessíveis muitas vezes resume-se apenas a um grupo, no caso os cadeirantes, desconsiderando outros tipos de deficiências. Essa predominância está relacionada a um imaginário social que tende a validar apenas corpos que possuem suas limitações visíveis, prejudicando assim a compreensão de que acessibilidade não se resume apenas a rampas e elevadores, mas outras maneiras de permitir a socialização autônoma de todos os tipos de deficiência”. (Fatine Oliveira,

publicitária, idealizadora do Disbuga, canal no YouTube, blog e Instagram, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) e cadeirante, entrevista concedida em 2018.

FIG 21 - Fatine Oliveira, publicitária, idealizadora do Disbuga, canal no YouTube, blog e Instagram, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) e cadeirante



Fonte: Arquivo Pessoal

#Paratodosverem

Descrição da imagem: Na fotografia é possível ver a imagem da Fatine Oliveira,, publicitária, idealizadora do Disbuga, canal no YouTube, blog e Instagram, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) e cadeirante. Ela usa uma camisa

estampada com fundo amarelo, flores rosas com branco e preto, e folhas verdes, e brincos de pingentes dourados. Ela se encontra sentada na cadeira de rodas e atrás dela há a vista de uma varanda com pilastras de madeiras e vasos de plantas verdes. Fim da descrição.

6

OUVIDORIA

Em encontro virtual realizado pelo projeto “Comunicação, Educação e Acessibilidade: Rodas de conversa com docentes, discentes e técnicos administrativos em educação”, encabeçado pelo colegiado do Colegiado do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o Afetos, o Núcleo de Acolhimento e Diálogo da FAFICH (NAD), a Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, a Diretoria de Governança Institucional e o Temporona — Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas, a professora Joana Ziller do Departamento de Comunicação Social da UFMG e diretora de Governança Institucional da Universidade desvendou o papel das ouvidorias no enfrentamento ao capacitismo¹.

"A ouvidoria é um órgão mediador. Então, o que a gente faz é construir essas manifestações conjuntamente, construir um encaminhamento, encaminhar, demandar respostas e daí por diante. Mas na UFMG a diretoria é um órgão assessor da Reitoria, e aí nesse sentido, isso abre portas. A gente consegue falar com pessoas com quem, muitas vezes, as estudantes e os estudantes têm um pouco mais de dificuldade de falar. É importante que a gente tenha em mente que a mediação não é uma execução. Ninguém vai chegar para mim e dizer Joana eu não consigo pegar o meu ônibus porque tem um carro parado e eu vou lá, eu vou mandar multar aqueles carros, até

¹ Disponível em <https://youtu.be/QtUebszNPBc>

porque a polícia nem sempre está dentro da Universidade. Há muitos outros fluxos que entrecortam as manifestações que chegam até a ouvidoria, é importante que a gente entenda isso: a ouvidoria não é um órgão executivo, a ouvidoria é um mediador.

A ouvidoria funciona sob um fluxo de sigilo. Tudo que chega pra gente e que diz respeito então aos direitos humanos — não apenas, mas vamos ater a isso aqui —, a primeira coisa que a gente faz é sentar pra conversar, exatamente para pensar: “O que é que fica sigiloso? O que é que não fica sigiloso? O que é que pode expor as pessoas?” A gente já adotava esse fluxo de sigilo há algum tempo quando a CGU determinou que isso fosse adotado por todas as ouvidorias públicas do Brasil. Hoje, qualquer manifestação que chegue pra gente e que tenha potencial de expor, de ser desanonimizada, ela precisa ser tratada de uma outra maneira. A gente precisa pensar um encaminhamento diverso ou fazer um contato com a pessoa e ver se ela está de acordo com a desanonimização. Porque, por princípio, tudo o que é encaminhado é anônimo. Mas então nós estamos empenhadas em encontrar encaminhamentos adequados para todas as manifestações que chegam até nós, desde que elas digam respeito à Vida Universitária.

O processo é sempre aberto/encaminhado a partir do relato das pessoas. Não é necessário, na maioria dos casos, que se tenha nenhum outro tipo de registro. Até porque, se a gente está falando de um caso de acessibilidade estrutural, o registro é completamente desnecessário porque basta o órgão competente ir até o lugar e constatar que de fato há esse problema.

Em alguns casos, o registro é importante. Quando a gente está falando principalmente de questões que se aproximam do assédio, de questões de discriminação por outra pessoa... É muito difícil que a gente tenha um desenrolar dos casos sem que a gente tenha um mínimo de comprovação.

Porque é a premissa que rege a legislação do país, de que todo mundo é inocente até que se prove o contrário, é uma premissa fundamental, a gente precisa defender essa premissa. Ela vai ser importante para todas e todos nós em momentos diversos da vida. Se a gente quer dizer que uma pessoa está nos discriminando, então a gente precisa dar o mínimo de instrumentos comprobatórios em relação a isso. Precisa, no mínimo, alguém que diga: “Olha, eu presenciei e isso de fato aconteceu”.

Se a gente tem uma questão física, um degrau sem rampa, por exemplo, que é algo extremamente comum nos Espaços diversos da nossa cidade e também na universidade, a gente não precisa de uma foto daquilo. Inclusive, porque é encaminhado para o departamento de obras para que entre lá no cronograma alterar aquele degrau de maneira a torná-lo acessível. Então isso a gente não precisa de foto. Se a gente tá dizendo que alguém nos discriminou, isso ensaja o quê? Enseja a abertura de um processo de sindicância e, depois, de um processo administrativo. Esse é o encaminhamento e aí não dá para abrir um processo de sindicância ou um processo administrativo contra ninguém sem ter alguma indicação de que aquilo ali pode ser verdadeiro.

Mas de novo: nos procurem. A gente pode ajudar vocês até a pensar se precisa de comprovação ou não precisa de comprovação e como é que a gente pode fazer isso.

As pessoas com deficiência, que quiserem procurar a ouvidoria da UFMG, podem fazer isso por telefone (3409-6466), por e-mail (ouvidoria@ufmg.br) e também diretamente no sistema, que é o sistema da CGU (<https://falabr.cgu.gov.br/>). Tudo que chega pra gente a gente registra no sistema da CGU, então quem quiser pode registrar diretamente lá. E a gente também recebe pessoalmente. A CGU determina que as manifestações sejam respondidas em até 30 dias (20 dias prorrogáveis por mais 10 dias).

Isso não significa que aquele processo encerrou, significa que a manifestação foi respondida.

Quando a gente fala de processo de sindicância, o processo de sindicância possui prazos específicos que também são determinados pela CGU de até 60 dias, depois o processo administrativo mais 30 (sendo prorrogáveis por várias vezes, desde que necessário). Na universidade e na administração pública, exatamente por esse grau de formalização necessário, os prazos são alongados. Entretanto, inclusive porque há uma formalização, a gente não pode se esquecer daquilo. Aquilo entra no cronograma e em algum momento será tocado (Joana Ziller, Joana Ziller, professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e diretora de Governança Institucional da UFMG).

7

GLOSSÁRIO

Acessibilidade: a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Atributo alt: O atributo alt é utilizado em documentos HTML e XHTML para especificar um texto alternativo ou substituto.

Atributo lang: marcação correta para a indicação de idioma de um site, página etc. na internet.

Audiodescrição: tecnologia assistiva que se configura como uma faixa narrativa adicional nos para os cegos e pessoas com deficiência visual consumirem produtos audiovisuais.

Barreiras: obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Braille: sistema tátil de escrita e leitura, que tradicionalmente utiliza relevos em uma superfície, servindo às pessoas cegas ou com visão reduzida.

Capacitismo: Tradução para *disablism* cunhado por Fiona Campbell (2009). A autora nos convida a refletir sobre imaginários comuns, em contextos sociais diversos, da noção de deficiência associada a percepções negativas, tais como anormalidades e aberrações. Subjetividades coletivas acabam por naturalizar reações, condutas e comportamentos pouco hospitaleiros às pessoas com deficiência, distanciando-as dos direitos de cidadãos e condenando-as, em muitos casos, a viver excluídas de espaços escolares, de

trabalho e de saúde, por exemplo, ou em permanente luta para que tenham acessibilidade irrestrita a espaços e serviços públicos. Para referências sobre capacitismo em português, ver: Guedes de Mello, Anahi Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC Ciência & Saúde Coletiva, vol. 21, núm. 10, outubro, 2016, pp. 3265-3276 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil.

Deficiência: é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Diversidade: Variedade, pluralidade, diferença. O conceito de diversidade é importante para a convivência e interação das pessoas na sociedade.

Edificações: obras arquitetônicas de grandes proporções.

Equipamentos urbanos: Todos os bens de utilidade pública destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade.

Folhas de estilo: mecanismo simples para adicionar estilos (exemplos: fontes, cores, espaçamentos) em documentos Web.

Hashtag: palavras-chave ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita em aplicativo.

Impedimento: obstáculo que impede a pessoa com deficiência de ter participação plena e ativa na sociedade.

Inclusão social: conceito muito discutido, que diz respeito à garantia de igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a eliminação das barreiras sociais para todas as pessoas, independente de suas condições.

Língua Brasileira de Sinais (Libras): é a língua de modalidade gestual-visual usada como meio de comunicação e expressão por grande parte dos surdos no Brasil e reconhecida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, como um dos idiomas oficiais do país.

Leitores de Tela: softwares para conversão de um texto em um discurso sintetizado, utilizados para receber uma resposta de um computador ou dispositivo móvel por meio de mídia sonora.

Mobilidade reduzida: condição da pessoa que tem seus movimentos limitados e que pode demandar adaptações no ambiente para sua locomoção.

Podcast: mídia de transmissão de conteúdos através de um feed RSS, geralmente em áudio, com base na internet e sob demanda do usuário, podendo ser ouvido a qualquer momento.

Plugin: programa, ferramenta ou extensão que acrescenta funções e recursos a outros programas maiores.

QR Code: um novo código de barras, bidimensional, que dispõe de alta capacidade para armazenar dados. Pode facilmente ser escaneado por meio de câmeras de aparelhos celulares e são convertidos em informações diversas, como um e-mail, um número de telefone ou um endereço na internet, por exemplo.

Tecnologia Assistiva: área interdisciplinar de conhecimento que engloba um conjunto de recursos, serviços, produtos, práticas, estratégias e metodologias que visam propiciar habilidades funcionais para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com o objetivo de promover autonomia e inclusão social.

Transtorno do Espectro Autista: série complexa de condições relacionadas ao neurodesenvolvimento, que envolvem alguns desafios específicos com as habilidades para as interações sociais, a comunicação verbal e não-verbal, entre outros traços característicos.

Vulnerabilidades: Vulnerabilidades surgem não só da distribuição desigual de recursos discursivos, políticos e materiais, mas também dos quadros de sentido tacitamente compartilhados e que servem para avaliar, julgar e tornar visíveis e audíveis sujeitos e coletividades. Vulnerabilidades nos conectam e, por isso, muito raramente pertencem aos sujeitos. Elas podem se originar de atitudes éticas de indiferença que reverberam sobre um pano de fundo moral. Este, por sua vez, orienta posicionamentos e julgamentos morais que tendem a inferiorizar e punir. Vulnerabilidades são produzidas juntamente com quadros e enquadres morais que reforçam normas e apagam

diferenças. De um lado, enquadramentos moralmente aceitáveis conferem visibilidade, respeitabilidade e reconhecimento; de outro, operações de questionamento desses enquadramentos são responsáveis por evitar a total dissolução do infamiliar dentro do familiar. Além disso, se os enquadramentos permanecem inquestionáveis, os sujeitos tendem a perder a autoridade sobre sua autonomia narrativa, permitindo que alguém passe a contar suas histórias e experiências. Ver mais em: BUTLER, Judith. *Vida Precária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

8

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050:2004: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf> Acesso em: 16 de dezembro de 2022.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15599:2008: Acessibilidade — Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2022.
- AGNOL, Anderson Dall; SALTON, Bruna Polleto; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**, Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1prnE3MJfTsxARpWR2cOLbWmtK3x6aLNt/view>> Acesso em: 16 de dezembro de 2022.
- ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia; MAUCH, Carla; NAVES, Sylvia Regina. **Guia orientador para acessibilidade em produções audiovisuais**, 2015. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/guia_audiovisuais.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.
- BONITO, Marco; SANTOS, L. C. . Jornalismo Digital reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. **REBEJ (BRASÍLIA)**, v. 10, p. 28-39, 2020.
- BONITO, Marco; SANTOS, L. C. . Produção narrativa sob a ótica da acessibilidade comunicativa. **La Rivada**, v. 15, p. 107-119, 2020.
- BOTELHO, Luanda, PORCIÚNCULA, Karina. Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoas com deficiência - ontem, hoje e amanhã. In: SIMÕES, A., ATHIAS, L., BOTELHO, L. (org.). Panorama nacional e internacional da produção de indicadores

sociais : grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018, 352 p.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 13.146**, de 6 de Julho de 2015 - **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. **Vulnerability in resistance**. Duke University Press, 2016.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p.13-33.

CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of ableism: the production of disability and abledness*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/18172536/Contours_of_Ableism_The_Production_of_Disability_and_Abledness_2009_. Acesso em 19 mai. 2019.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense; 2007.

GOGGIN, Gerard. Disability and mobilities: evening up social futures. **Mobilities**. v.11, n.4, 2016, 533 – 541pp.

Guedes de Mello, Anahi. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC Ciência & Saúde Coletiva, vol. 21, núm. 10, outubro, 2016, pp. 3265-3276 Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil.

MORICEAU, Jean-Luc. Tout contre la représentation. Et si le but de la recherche n'était pas de représenter?, in **Société de Philosophie des Sciences des Gestion (dir), Les**

Prêts-à-penser en épistémologie des sciences de gestion, Paris: L'Harmattan, 2014, pp.61-79

NAPOLITANO, Carlos José, LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveria. **Acessibilidade em Pauta na Comunicação Midiática**. Journal of Research in Special Educational Needs. Volume 16, Número s1, 2016. pp. 126–129

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

OMS-BM - Organização Mundial da Saúde; Banco Mundial. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788546047020_por.pdf> Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários Sociodiscursivos sobre a Deficiência - experiências e partilhas**. Belo Horizonte, MG: PPGCOM, 2018.

PESSOA, Sônia Caldas; DE MENDONÇA, Sophia Silva. **Acessibilidade afetiva por e para autistas na pandemia da COVID-19**. Culturas Midiáticas, v. 15, p. 21-21, 2021.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

SHELLER, Mimi. **Mobility Justice**: The Politics of Movement in an Age of Extremes. Verso, 2018.

URRY, John. **Mobilities**. London: Routledge, 2007. 335

VILLELA, Lucinéa Marcelino (org.). **Acessibilidade audiovisual: produção inclusiva nos contextos acadêmicos, culturais e nas plataformas Web**, Bauru, SP: Canal 6, 2017. Disponível em: <http://www.canal6.com.br/livros_loja/Ebook_Acessibilidade_audiovisual.pdf> Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

MANTOVANI, C. M. C. A.; PESSOA, Sônia Caldas . Vulnerabilities in Movement: Experiences from the Research Project. In: Maria Alice Nogueira; Camila Maria dos

Santos Moraes. (Org.). **Vulnerabilities in Movement: Experiences from the Research Project**. 1ed. Abingdon (Inglaterra): Routledge, 2020, v. 1, p. 1-15.

PESSOA, Sônia Caldas; PAES, I. . Déficiences et capacités: bricoler avec care. In: Jean-Luc MORICEAU; Richard SOPARNOT. (Org.). **RECHERCHE QUALITATIVE EN SCIENCES SOCIALES: S'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode**. 1ed. Paris, França: EMS Management & Société, 2019, v. 1, p. 221-226.

9

ORGANIZADORES

Ângela Salgueiro Marques

Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG (2007) e mestre em Comunicação Social pela mesma instituição. Realizou pós-doutorado em Comunicação e em Ciências Sociais na cidade de Grenoble (França), onde atuou junto a dois grupos de pesquisa: o Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (Institut de Communication et Medias - Université Stendhal) e o Groupe de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine (MSH-Alpes, Université Pierre Mendès France). Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Integra os grupos de pesquisa: MARGEM - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça (UFMG) e Teorias e Processos da Comunicação (Faculdade Cásper Líbero). É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (ABRAPCORP), da qual foi vice-presidente entre 2014 e 2016. Seus atuais interesses de pesquisa estão voltados para a interseção entre a Comunicação, a Política e a Estética; entre a Comunicação e a Cultura, e entre a Comunicação e processos políticos, com destaque para práticas sociais e processos deliberativos; políticas públicas e cidadania; comunicação pública e comunicação organizacional; reconhecimento social de grupos minoritários; abordagem comunicacional-pragmática das relações entre estética e política; a composição de redes discursivas destinadas a publicizar questões de interesse coletivo (incluindo discursos televisivos ficcionais e de entretenimento); o aprimoramento de metodologias qualitativas de pesquisa que objetivam evidenciar a articulação entre diferentes atores, discursos estético-expressivos e arenas argumentativas.

E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011) com pesquisa sobre "Narrativas da mobilidade: comunicação, cultura e produção em espaços informacionais". Possui experiência no mercado de produtos e serviços de valor agregado para Telefonia Celular (2003-2006) e no desenvolvimento de estudos de usabilidade (2007-2011) e pesquisas de mercado (2005-2011). Foi professora visitante na Escola de Ciência da Informação da UFMG (2012-2013) e atuou na Fapemig como bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação (PCCT/2014-16). É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG.

E-mail: camilamm@gmail.com

Phellipy Pereira Jácome

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG) na linha de Textualidades Midiáticas. Doutor em Comunicação Social pela UFMG (com estágio doutoral na University of Illinois at Urbana-Champaign, como bolsista Capes-PDSE). Mestre e bacharel em Comunicação (habilitação Jornalismo) pela mesma instituição. Seus interesses de pesquisa e trajetória acadêmica compreendem estudos sobre as narrativas midiáticas, a historicidade dos processos comunicacionais, a temporalidade, a referencialidade e a ficção (tendo o jornalismo - em suas diversas textualidades - como principal objeto). É coordenador do Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas.

E-mail: phellipyjacome@gmail.com

Sônia Caldas Pessoa

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Bolsista PQ (CNPQ) a partir de 2023. Co-coordenadora da Rádio Terceiro Andar, do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG) e do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, com cadastro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e o emprego. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Foi Bolsista do CNPQ em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: *Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication)*, Paris, França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Foi Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. É subcoordenadora do GT Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Graduada em Jornalismo, atuou por 20 anos em veículos de comunicação de Minas Gerais (rádio, TV, jornal), tais como o Sistema Globo de Rádio e a Rádio Itatiaia, além de assessorias de comunicação. Dedicou-se desde 2002 à atividade acadêmica, tendo sido professora de Comunicação Social (graduação e pós-graduação lato sensu) em instituições de ensino superior em Minas Gerais, como a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Centro Universitário Newton Paiva e Centro Universitário de Belo Horizonte. Sua produção científica tem como foco o rádio (radiojornalismo, análise do discurso radiofônico, radiodocumentário, webrádio, rádio e novas tecnologias), bem como a análise do discurso da diferença, pessoas com deficiência, acessibilidade, corpos, vulnerabilidades, afetos na pesquisa acadêmica, redes sociais online e pesquisas com abordagens etnográficas. É idealizadora do Blog *Tudo Bem Ser Diferente* (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a

educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão da partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 9 anos, em 2016, com hidrocefalia.

E-mail: soniacaldaspessoa@gmail.com.

AUTORES

Clara da Silva Ribeiro

Estudante do 3º período de Relações Públicas, Clara se dedica a projetos na UFMG em busca de conhecimento e experiências. Integrante e responsável pelas redes sociais do Colegiado de Jornalismo ajuda na divulgação de informações aos estudantes. Está começando a trabalhar no mundo da assessoria de influenciadores e ama estar em contato com esse universo de marketing influência.

E-mail: clarinhasribeiros2014@gmail.com

Diego Silva Souza

Diego Silva Souza é Mestrando em Comunicação Social e Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi curador do 9ª CineCipó - Festival do Filme Insurgente e integrou o Júri Jovem da 23ª Mostra de Cinema de Tiradentes. Atuou na assistência de produção do 10ª CineCipó - Festival do Filme Insurgente e foi produtor geral da I Mostra UFMG de Cinema Universitário. Como crítico, possui colaborações especiais com a Zagaia em Revista, Cine Humberto Mauro, Cinética e Cine Festivals, além de ter integrado o programa Talent Press do Festival do Rio 2021 e co-fundado o Coletivo Zanza, onde produziu o primeiro volume da Revista Zanza.

E-mail: disouza@ufmg.br

Gabriel Nunes da Silva

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador com interesse em Antropologia Visual, Fotografia e Cinema. É curador, artista visual e crítico cultural.

E-mail: gbrlxyz@gmail.com

Jude Civil

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante do Coletivo de Estudos, Pesquisa Etnográficas e Ações Comunicacionais em Contextos de Riscos – CORISCO e também do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública (MOBILIZA). Trabalhou entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2018 na Rádio UFMG Educativa. Atualmente, é bolsista do projeto ” Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” do Grupo Afetos.

E-mail: civil.jude90@gmail.com

Juliana Aquino

Juliana de Jesus Aquino Silva é estudante com deficiência cognitiva e paralelismo leve, devido a doença congênita chamada Variante de Dandy Walker concomitante de Hemiparesia. Graduada em Língua Portuguesa no curso de Letras da UFMG e estudante de educação física pela mesma universidade.. Trabalhou no programa Escola Integrada, de 2011 a 2015, ministrando oficinas de apoio pedagógico. Participou, em 2016, da organização do IX Ciclo de Debates, Oficinas e Mostra de Trabalhos Sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais, da UFMG. Em 2017, organizou e participou da mesa redonda do primeiro ‘Debate Pela Inclusão’, da UFMG, com o apoio do Diretório Acadêmico da Letras e do NAI. Atualmente, se dedica ao projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência”, do Afetos. Juliana também atua na organização e divulgação do projeto UFMG Para Todos, criado em 2018, para promover o debate sobre diversidade e inclusão, assim como a troca de experiências. Ela é, ainda, voluntária auxiliar de coordenação pedagógica da Associação Comunitária Pré-vestibular Vila Marçola, no bairro Serra.

E-mail: julyletras2015@gmail.com

Letícia Oliveira

Graduanda em Jornalismo — Comunicação Social, pela UFMG. Atua como social media no projeto PDEG do Colegiado de Jornalismo da UFMG e é estagiária na Assessoria de Comunicação do Coren-MG.

E-mail: leticiaoliveira@gmail.com

Luana Lira

Luana é uma das autoras e organizadoras do livro *Meninas que Escrevem* - publicado pela Editora Jandaíra -, discente de Jornalismo na UFMG, Diretora de Logísticas do projeto social *Absorvidas* e Líder Regional do *Girl Up Brasil*. É apaixonada por causas sociais, gatos, escrita e comunicação. Espera um dia poder mudar o mundo.

E-mail: luanalira0602@gmail.com

Luiza Waters Franco Milhorato

Luiza Waters é graduanda de Jornalismo na UFMG. Observadora, curiosa e criativa, sempre buscando novas experiências. Trabalhou como voluntária em programas de extensão da Universidade e na empresa júnior de comunicação (Cria UFMG). Luiza é apaixonada por jornalismo audiovisual e narrativo, preocupada com a diversidade e inclusão nos seus trabalhos e pretende trazer mais acessibilidade nessas áreas em que sonha em atuar.

E-mail: luiza.waters110@gmail.com

Marcelle Veríssimo

Mestranda em Comunicação Social e bacharela em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, defendeu o tema “Espelho, espelho meu: existe algum livro como eu? Discussões sobre identidade cultural e acessibilidade na Literatura Surda”, sob orientação da Profa Dra Sônia Caldas Pessoa. Dedicou seus estudos atuais e produções acadêmicas aos debates associados aos temas: mídia, deficiências, corpo, acessibilidade, gênero e etnia. Participou de Iniciação Científica, de Movimentos de Empresas Júniores (CRIA UFMG) e de projetos sociais para produção de bandas independentes e autorais em Belo

Horizonte - Minas Gerais. Atua profissionalmente em empresas de tecnologia, concluindo o terceiro ano de experiência no setor, com foco na execução de tarefas como Redação Publicitária, Copywriting, Gerenciamento de Mídias Sociais e Comunicação Interna (Endomarketing). Participa de projetos sociais no Ifood, voltada para a promoção do orgulho e da consciência negra, além do apoio, criação de redes de suporte e valorização da segurança psicológica para mulheres da empresa.

E-mail: marcelleverissimo15@gmail.com

Marcos Maia

Marcos Maia é doutorando em Comunicação Social pela UFGM e Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG. Atua como roteirista em TV educativa pública, a Rede Minas, e como web full-stack developer em projetos de tecnologia. Integra o Grupo Afetos, cuja linha de pesquisa é 'Comunicação, acessibilidade, vulnerabilidades'. Pesquisador interessado em estudos da deficiência, neuro divergência, acessibilidade, comunicação e tecnologia.

E-mail: marcosmaiascript@gmail.com

Raquel Gomes

Raquel Gomes é graduada em Jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais – UFGM e em Produção de Moda pela mesma instituição, por meio do programa PRONATEC. Sua primeira graduação, concluída em 2008, foi em Enfermagem pelo Centro Universitário UNA, onde realizou trabalho de conclusão de curso -TCC na área de saúde pública, com foco no Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB, que foi aceito no 61º Congresso Brasileiro de Enfermagem. Acumula experiências profissionais em styling de moda, produção de conteúdo digital para podcasts, YouTube, blogs e redes sociais, além de atuar como crítica de Cinema, tendo sido Júri do Prêmio Canal Brasil de Curtas na Mostra de Cinema de Tiradentes de 2017 e 2018. No Grupo Afetos, é bolsista PROBIC/FAPEMIG no projeto “Tudo bem ser diferente: Rádio e Inclusão Social da Pessoa com Deficiência”.

E-mail: kelgomes.13@gmail.com

Sophia Mendonça

Sophia Mendonça é jornalista, escritora, apresentadora e mestra em Comunicação Social, na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e membra do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades. Foi diagnosticada autista aos 11 anos, em 2008. Mantém o site [O Mundo Autista no Portal UAI](#) e o canal do YouTube [Mundo Autista](#) desde 2015. Seus trabalhos giram em torno de autismo e neurodiversidade, acessibilidades afetiva e amorosa, questões de gênero ligadas ao feminino e às transgeneridades, etnografia virtual, comunicação pelas mídias digitais e narrativas de vida. Em 2016, recebeu o Grande Colar do Mérito Legislativo de Belo Horizonte, a maior honraria do legislativo municipal, tornando-se a pessoa mais jovem a receber essa homenagem. Em 2019, recebeu o Prêmio de boas práticas do Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e o emprego.

E-mail: contatosophiamendonca@gmail.com

Stephanie Boaventura

Doutoranda em Comunicação Social pela UFMG e mestra em Comunicação pela mesma universidade. Graduada em Artes Visuais e Mestre em Comunicação Social pela UFMG, Stephanie é artista, pesquisadora e feminista. Integrante do Grupo Afetos, seus interesses de pesquisa abrangem as redes sociais digitais, política sexual, epistemologia, etnografia virtual e pesquisa baseada em artes. Trabalha com artes visuais e comunicação digital.

E-mail: stehboaventura@gmail.com.

Vanessa Cardozo Brandão

Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) desde 2015. Doutora em Estudos de Literatura - Literatura Comparada pela UFF (Universidade Federal Fluminense), Mestre em Literaturas de

Língua Portuguesa pela PUC Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005), Especialista em Gestão Estratégica de Marketing pela FACE/UFMG, Graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Coordenadora do Entremeios - Grupo de Leitura e Estudo da Convergência entre Mídia e Literatura. Integrante dos grupos de pesquisa: a) Afetos: Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades (CNPq/UFMG); b) NucCon (Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermediáticas - CNPq/UFMG). Foi docente por 15 anos na Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em PUBLICIDADE E PROPAGANDA, e em Literatura Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: estratégias e linguagens do consumo na cultura digital; estéticas midiáticas; retórica e poética no discurso publicitário; storytelling e narratividade na publicidade contemporânea; fronteiras entre mídia, comunicação e literatura; intermedialidade e estudos interartes; pós-modernidade e produção literária; literatura comparada.

E-mail: vcbrandao@gmail.com



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org